

Planos de Manejo das Áreas de Relevante Interesse Ecológico Cruls e do Bananal

Encarte 2 – Análise Regional



RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Eng. Florestal Eduardo Ribeiro Felizola

8.763/D – CREA-DF

Eng. Florestal Rogério Henrique V. de Azevedo

10.570/D – CREA-DF

EMPRESA RESPONSÁVEL:

NOME: Greentec Tecnologia Ambiental Ltda.

CNPJ: 72.610.090/0001-43

END. SRTVN Qd 701, Conj C, Edif. Centro Empresarial Norte, Salas
717/719 Bloco B

CEP: 70.719-903

TEL: (61) 3327-0218 – (61) 3201-6453

EMAIL greentec@greentecambiental.com.br

EQUIPE TÉCNICA

Kátia Cury– Ecóloga (Coordenação Técnica)

Marcelo Pedrosa Pinelli – Geólogo, MSc (Meio Físico)

João Guilherme Nunes Cruz– Antropólogo, MSc (Socioeconomia)

Sergei Studart- Biólogo (Meio Biótico – Fauna)

Ana Luiza Cerdeira – Eng. Florestal (Meio Biótico – Flora)

Brasília, Dezembro de 2012.



SUMÁRIO

1	DESCRIÇÃO DA ÁREA ONDE SE ENCONTRAM AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	10
2	CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL	14
2.1	Clima	14
2.2	Vegetação	16
2.3	Fauna	18
2.4	Hidrografia	20
2.5	Geologia	23
2.6	Pedologia	24
2.7	Geomorfologia	25
3	ASPECTOS CULTURAIS E HISTÓRICOS	26
4	USO E OCUPAÇÃO DA TERRA E PROBLEMAS AMBIENTAIS	28
5	CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO	36
6	ASPECTOS LEGAIS	46
6.1	Legislação Federal	46
6.1.1	Constituição Federal	46
6.1.2	Lei 9.985, de 18/07/2.000 – Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)	46
6.1.3	Lei 12.651, de 25 de maio de 2012 – Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e revoga o antigo Código Florestal Brasileiro (Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965)	47
6.1.4	Decreto 89.336, de 31 de janeiro de 1984 – Dispõe sobre as Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico, e dá outras providências.48	
6.2	Legislação Distrital	49
6.2.1	Lei Complementar nº 803/2009, Aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT)	49
6.2.2	Decreto nº 29.651/2008 - Aprova a poligonal da Área de Relevante Interesse Ecológico -ARIE Cruls, no Setor de Habitações Coletivas Noroeste, na Região Administrativa Plano Piloto -RA I.	51
6.2.3	Lei nº 1.834/1998 - Dispõe sobre a criação de núcleos rurais do Lago Norte 51	
6.2.4	Lei nº 4.566/2011 - Dispõe sobre o Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal -PDTU/ DF e dá outras providências.	51
6.2.5	Decreto nº 32.379, de 26 de outubro de 2010 - Dispõe sobre a aprovação das poligonais onde as glebas com características rurais podem ser objeto de contrato específico para atividade rural em área urbana.	53
7	PLANOS, PROJETOS E PROGRAMAS	53

7.1	Planos, Programas e Políticas Públicas Federais	53
7.1.1	Plano Brasil Sem Miséria	53
7.1.2	Programa Bolsa Família	54
7.1.3	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	54
7.2	Planos, Programas e Políticas Públicas Distritais	55
7.2.1	Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico (PPCUB)	55
7.2.2	Parque Tecnológico Capital Digital.....	56
7.2.3	Plano de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - PGIRH	57
7.2.4	Plano Diretor de Drenagem Urbana - PDDU	57
7.2.5	Plano Diretor de Resíduos Sólidos - PDRS	59
7.2.6	Plano de Investimento do Setor Elétrico - CEB	60
7.2.7	Plano Diretor de Água - CAESB.....	60
7.2.8	Plano Diretor de Esgotamento Sanitário.....	61
7.2.9	PROMAQ/DF	62
7.2.10	Projeto Rodofauna	62
7.2.11	Escola do Cerrado	62
8	POTENCIAL DE APOIO ÀS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	63
8.1	Governamental.....	63
8.2	Segurança	66
8.3	Associações:.....	67
8.4	Ong's:.....	67
9	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – RIDE DF e Entorno com a representação das escalas de polarização. Fonte: CODEPLAN, 2003.....	11
Figura 2 - Situação da ARIE Cruls e da ARIE Bananal nas Regiões Administrativas do Distrito Federal	12
Figura 3 - Localização da ARIE Cruls e da ARIE Bananal no Distrito Federal sobre imagem do satélite ALOS.....	13
Figura 4 – Mapa de Clima do Distrito Federal. Fonte: CODEPLAN, 1984.	14
Figura 5 - Isoietas do Distrito Federal. Fonte: Baptista (1997).	15
Figura 6 - Precipitação média e máxima 24 h registradas pela estação Brasília no período 1961-1990. Fonte: INMET	15
Figura 7 – Umidade relativa do ar registrada pela estação Brasília. Fonte: INMET...	16
Figura 8 – Representação das principais fitofisionomias do bioma Cerrado.....	17
Figura 8 – Representação das bacias hidrográficas do Distrito Federal e localização da unidade hidrográfica do ribeirão Bananal.	22
Figura 8 - Distribuição dos empurrões e cavalgamentos regionais associados à geologia regional em que o Distrito Federal está inserido. Fonte: Modificado de Faria, 1995.....	23
Figura 9 - Geologia da área de abrangência da Unidade Hidrológica do Ribeirão do Bananal	24
Figura 10 - Pedologia da área de abrangência da Unidade Hidrológica do Ribeirão do Bananal. Fonte: Embrapa, 1978.....	25
Figura 11 - Geomorfologia da área de abrangência da Unidade Hidrológica do Ribeirão do Bananal. Fonte: GDF, 2010.....	26
Figura 12 - Representação da ARIE Cruls, da ARIE do Ribeirão Bananal e a área do Conjunto Urbanístico Tombado de Brasília sobre imagem ALOS obtida no ano de 2009	27
Figura 13 - Regiões Administrativas circunvizinhas à Unidade Hidrológica do Bananal sobre imagem ALOS obtida no ano de 2010.	29
Figura 9 - Uso do solo em 1953 na região da Unidade Hidrológica do Bananal	30
Figura 10 - Uso do solo em 1964 na região da Unidade Hidrológica do Bananal	30
Figura 11 - Uso do solo em 1973 na região da Unidade Hidrológica do Bananal.....	31
Figura 12 - Uso do solo em 1984 na região da Unidade Hidrológica do Bananal.....	32
Figura 13 - Uso do solo em 1998 na região da Unidade Hidrológica do Bananal	32
Figura 14 - Uso do solo em 2009 na região da Unidade Hidrológica do Bananal	33
Figura 15 - Área urbana em hectares analisados na escala multitemporal dentro da UH do Bananal. Fonte: UNESCO, 2002.....	34
Figura 23 - Área de cobertura vegetal dentro da Unidade Hidrológica do Ribeirão do Bananal representada em percentual. Fonte: UNESCO, 2002.	35

Figura 17 - População residente por faixa etária na RA Brasília. Fonte: CODEPLAN. Pesquisa Distrital por Amostragem de Domicílio (PDAD 2010).	36
Figura 18 - População residente por faixa etária na RA Lago Norte. Fonte: CODEPLAN. Pesquisa Distrital por Amostragem de Domicílio (PDAD 2010).	37
Figura 19 - Renda escalonada por quantidade de salários mínimos das duas RA's em questão e do DF, para o ano de 2010. Fonte: CODEPLAN. Pesquisa Distrital por Amostragem em Domicílio (PDAD 2010).	38
Figura 20 - Densidade demográfica de cada Região Administrativa e do Distrito Federal em 2010. Fonte: CODEPLAN. Pesquisa Distrital por Amostragem em Domicílio (PDAD 2011).	39
Figura 21 - Taxa de desemprego do Distrito Federal do período de 1999 a 2010. Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF 2010). ...	39
Figura 22 - Nível de escolaridade nas Regiões Administrativas de Brasília e Lago Norte. Fonte: CODEPLAN - Pesquisa Distrital de Amostragem por Domicílios 2011.	40
Figura 23 - Acesso ao abastecimento de água das RA's de Brasília e Lago Norte. Fonte: CODEPLAN - Pesquisa Distrital de Amostragem por Domicílios (2004 e 2011).	41
Figura 24 - Acesso à rede de esgotos nas RA's de Brasília e Lago Norte. Fonte: CODEPLAN - Pesquisa Distrital de Amostragem por Domicílios (2004 e 2011).	41
Figura 25 - Acesso à coleta de lixo nas RA's de Brasília e Lago Norte. Fonte: CODEPLAN - Pesquisa Distrital de Amostragem por Domicílios (2004 e 2011).	42
Figura 26 - Acesso a vias asfaltadas nas RA's de Brasília e Lago Norte. Fonte: CODEPLAN - Pesquisa Distrital de Amostragem por Domicílios (2004 e 2011).	42
Figura 27 - Consumo industrial de energia elétrica no Distrito Federal. Fonte: Companhia Energética de Brasília CEB.	43
Figura 28 - Consumo comercial de energia elétrica no Distrito Federal. Fonte: Companhia Energética de Brasília CEB.	43
Figura 29 - Consumo industrial de energia elétrica em Brasília. Fonte: Companhia Energética de Brasília CEB.	44
Figura 30 - Consumo comercial de energia elétrica em Brasília. Fonte: Companhia Energética de Brasília CEB.	44
Figura 31 - Consumo industrial de energia elétrica no Lago Norte.	45
Figura 32 - Consumo comercial de energia elétrica no Lago Norte.	45
Figura 33 - Macrozoneamento proposto pela Lei Complementar nº 803/2009.	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Regiões, bacias e unidades hidrográficas de gerenciamento do DF.	20
--	----

LISTA DE SIGLAS

ADASA – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal

ADE – Áreas de Desenvolvimento Econômico

AGEFIS – Agência de Fiscalização do Distrito Federal

ALOS – Advanced Land Observing Satellite

ANA – Agência Nacional de Águas

APA – Área de Proteção Ambiental

ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

BPMA – Batalhão de Polícia Militar Ambiental

° C – Graus Celsius

CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

CEB – Companhia Energética de Brasília

CODEPLAN – Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central

CRAS - Centros de Referência de Assistência Social

CREAS - Centros de Referência Especializados de Assistência Social

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

DEMA – Delegacia de Meio Ambiente

DF – Distrito Federal

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental

EPIA – Estrada Parque de Indústria e Abastecimento

ESECAE – Estação Ecológica de Águas Emendadas

ETA – Estação de Tratamento de Água

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

ETEB – Estação de Tratamento de Esgotos de Brasília

FIBRA – Federação das Indústrias do Distrito Federal

FLONA – Floresta Nacional

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GDF – Governo do Distrito Federal

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM – Instituto Brasília Ambiental

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia

ITS – Sistema Inteligente de Transporte

kV – quilovolt
LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MS – Ministério da Saúde
MVA – MegaVolt Ampere
NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PBF - Programa Bolsa Família
PDAD – Pesquisa Domiciliar por Amostragem de Domicílio
PDDU - Plano Diretor de Drenagem Urbana
PDI-DF - Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Distrito Federal
PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PDRS - Plano Diretor de Resíduos Sólidos
PDTU - Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal
PDTU/DF – Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal
PED-DF – Pesquisa Emprego Desemprego no Distrito Federal
PGIRH - Plano de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
PNB – Parque Nacional de Brasília
PPCUB - Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico
PRÓ-DF - Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo no Distrito Federal
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTCD - Parque Tecnológico Capital Digital
RA – Região Administrativa
RIDE/DF - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
SCIA - Setor Complementar de Indústria e Abastecimento
SECT – Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
SEDHAB – Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Regularização e Habitação
SEDUH – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação
SEMATEC – Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia
SHCGN – Setor de Habitações Coletivas e Geminadas Norte
SHIGS – Setor de Habitações Individuais Geminadas Sul
SIA – Setor de Indústria e Abastecimento

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SRES – Setor Residencial Econômico Sul

STPC/DF – Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal

TERRACAP – Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

UC – Unidade de Conservação

UH – Unidade Hidrológica

UHE – Usina Hidrelétrica

UNB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

1 DESCRIÇÃO DA ÁREA ONDE SE ENCONTRAM AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A ARIE Cruls e a ARIE do ribeirão Bananal estão situadas no Distrito Federal, unidade da federação que abriga o Governo Federal e está localizada entre os paralelos de 15°30' e 16°03' de latitude sul e os meridianos de 47°25' e 48°12' de longitude WGr, na Região Centro-Oeste do Brasil e possui área igual a 5.789,16 km², equivalendo a 0,06% da superfície do País, apresentando como limites naturais o rio Descoberto a oeste e o rio Preto a leste. Ao norte e a sul, o Distrito Federal é limitado por linhas retas.

O Distrito Federal limita-se ao norte com os municípios de Planaltina, Padre Bernardo e Formosa, ao sul com Santo Antônio do Descoberto, Novo Gama, Valparaíso de Goiás e Cristalina, todos do Estado de Goiás, a leste com o município de Cabeceira Grande, pertencente ao Estado de Minas Gerais e Formosa pertencente ao Estado de Goiás e a oeste com os municípios de Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas, Padre Bernardo também do Estado de Goiás.

O Distrito Federal apresenta um triplo papel na configuração da rede urbana brasileira: primeiro, representa a capital federal do Brasil, assumindo um papel de centro decisório dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como das relações internacionais do País; segundo, um centro regional, compartilhando com Goiânia o papel de articulação com municípios dos Estados de Goiás, do Tocantins, do oeste da Bahia e de Minas Gerais; e terceiro, é um centro metropolitano, pela sua centralidade em relação aos municípios sob sua área de influência direta, haja vista uma economia urbana diversificada e complexa, além de um amplo setor de comércio e serviços públicos e privados.

A Figura 1 apresenta os municípios que compõe a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE DF, que representa o caráter de polarização exercido pelo DF. De acordo com a CODEPLAN (2003), esta polarização pode ser diferenciada em três áreas de influência, conforme o grau de dependência dos municípios do Entorno nos setores de emprego, educação, equipamentos públicos e relações comerciais:

- ✓ Área I (Entorno Imediato), com alta polarização: Águas Lindas, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.
- ✓ Área II (Entorno Intermediário), com média polarização: Abadiânia, Alexânia, Cocalzinho, Cristalina, Formosa e Planaltina de Goiás.
- ✓ Área III (Entorno Distante), com baixa polarização: Água Fria de Goiás, Buritis, Cabeceira Grande, Cabeceiras, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Pirenópolis, Unaí e Vila Boa.

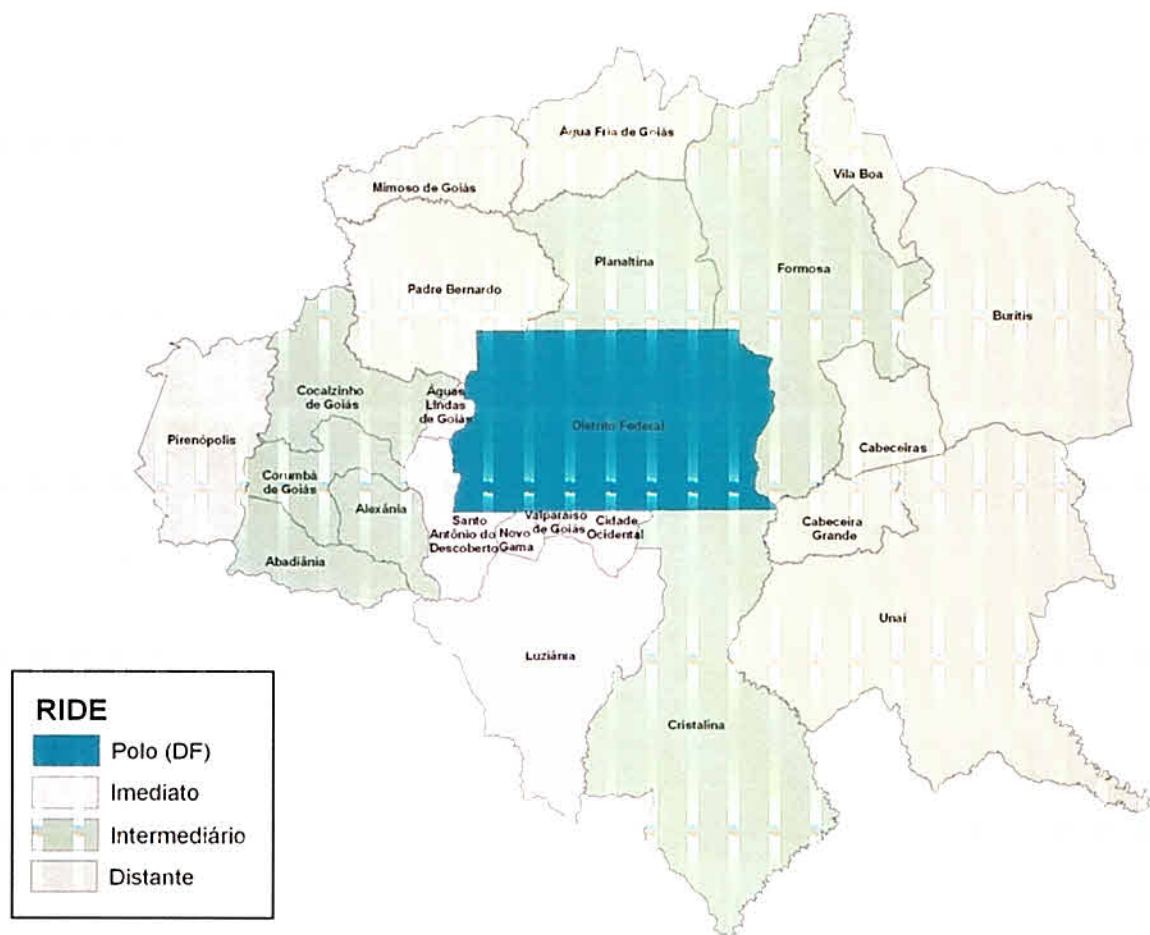


Figura 1 – RIDE DF e Entorno com a representação das escalas de polarização. Fonte: CODEPLAN, 2003

A Figura 2 apresenta a localização das ARIE Cruls e do ribeirão Bananal dentro do Distrito Federal. A ARIE Cruls encontra-se na Região Administrativa de Brasília (RA I), nas proximidades do Setor Habitacional Noroeste e a ARIE Bananal encontra-se na divisa entre as Regiões Administrativas de Brasília e do Lago Norte, nas proximidades do Parque Nacional de Brasília, conforme pode ser observado na Figura 3.



Figura 2 - Situação da ARIE Cruis e da ARIE Bananal nas Regiões Administrativas do Distrito Federal

2 CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL

2.1 Clima

A região Centro-Oeste, por estar no centro do Brasil, sofre influência climática tanto dos sistemas tropicais, quanto dos sistemas temperados. Possui estação seca no inverno e estação chuvosa no verão (chuvas convectivas). No período do inverno, o sul da região é afetado pela penetração de massas de ar frio de altas latitudes sul, contribuindo para a ocorrência de baixas temperaturas, principalmente no sul do Estado de Goiás.

O DF apresenta três tipos climáticos de acordo com a classificação de Köppen, sendo que o Aw ou tropical típico ou clima de savana apresenta a temperatura no mês mais frio superior a 18°C, ocorrendo em cotas altimétricas inferiores a 1000 metros; e o Cwa e o Cwb, que se diferenciam por apresentam temperaturas médias no mês mais frio inferior a 18°C, com média inferior a 22° no mês mais quente, ocorrem nas chapadas elevadas e nos planos intermediários, que apresentam cotas altimétricas superiores a 1000 metros (Figura 4).



Clima - Classificação de Köppen

Aw - Clima Tropical com Estação Seca de Inverno - Temperatura do mês mais frio (julho) superior a 18°C, todos os meses restantes possuem temperaturas médias acima dos 18°C. Ocorrente nos locais com cotas altimétricas abaixo de 1.000m

Cwa - Clima Temperado Úmido com Inverno Seco e Verão Quente - Temperatura do mês mais frio (julho) inferior a 18°C e dos meses mais quentes (setembro e outubro) com média superior a 22°C, abrangendo altitudes entre 1.000 e 1.200m

Cwb - Clima Temperado Úmido com Inverno Seco e Verão Temperado - Temperatura do mês mais frio (julho) inferior a 18°C e dos meses mais quentes (setembro e outubro) com média inferior a 22°C, abrangendo altitudes acima de 1.200m

Figura 4 – Mapa de Clima do Distrito Federal. Fonte: CODEPLAN, 1984.

A precipitação média anual no DF é em torno de 1.500 mm, variando de 700 mm a 2.000 mm (RIBEIRO & WALTER, 2008). A Figura 5 apresenta a distribuição das isoietas no DF e a Figura 6 apresenta a distribuição anual da precipitação média e máxima em 24 h registradas pela estação Brasília do INMET.



Figura 5 - Isoietas do Distrito Federal. Fonte: Baptista (1997).

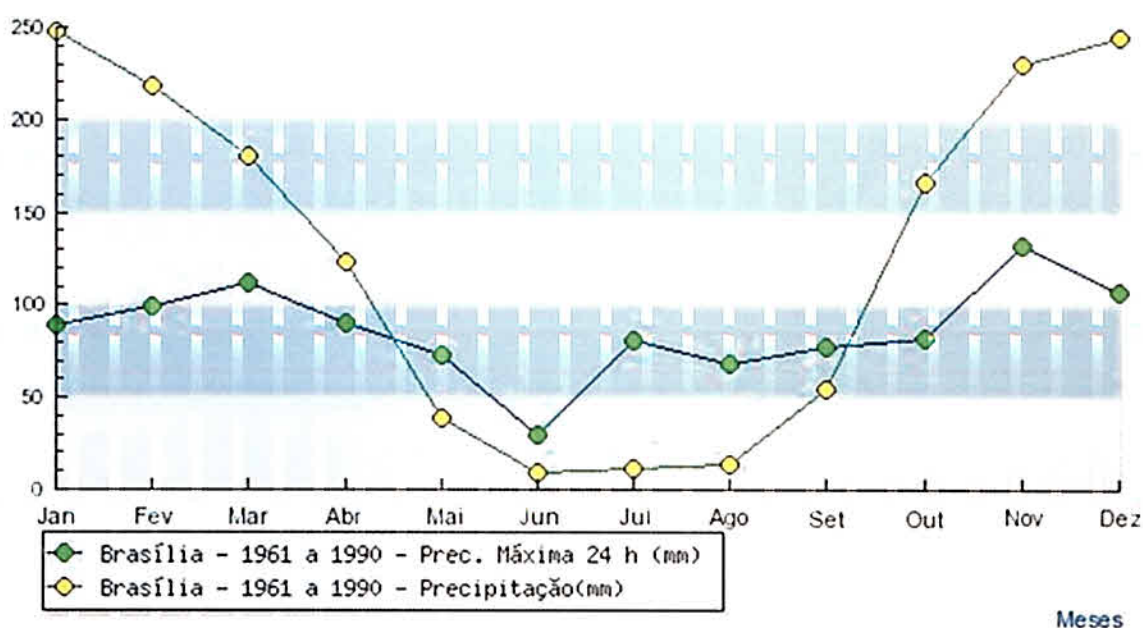


Figura 6 - Precipitação média e máxima 24 h registradas pela estação Brasília no período 1961-1990. Fonte: INMET

A umidade relativa do ar na estação seca é menor do que 60% e a umidade mínima geralmente ocorre em agosto, podendo atingir 15% nos períodos mais secos (Figura 7). Nesta época do ano, as baixíssimas umidades provocam a formação de névoa seca, que, associada à estabilização das massas de ar e escassez das chuvas, resultam na pior qualidade do ar do ano. Tal situação se agrava ainda mais devido às constantes queimadas causadas pelo homem.

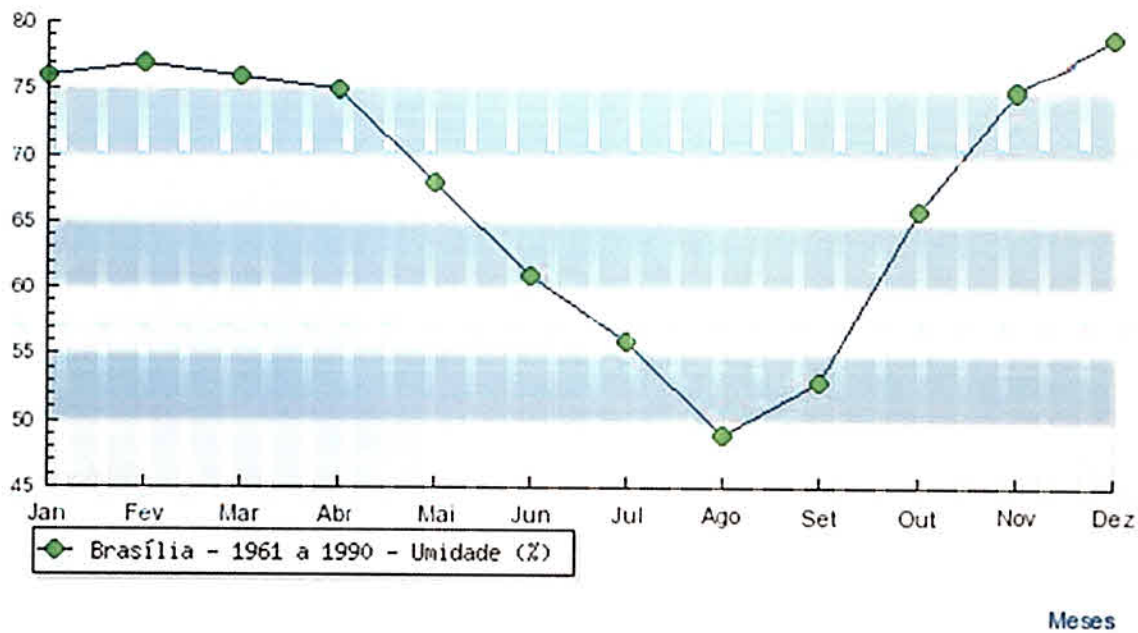


Figura 7 – Umidade relativa do ar registrada pela estação Brasília. Fonte: INMET

2.2 Vegetação

O Distrito Federal está situado integralmente no domínio do bioma Cerrado, considerado o segundo maior bioma do País em área e um dos 34 hotspots mundiais para a conservação da biodiversidade (MYERS et al., 2005), ocupando, aproximadamente, 2.116.000 km², o que representa 23% do território nacional.

A vegetação do bioma Cerrado apresenta fisionomias que englobam formações florestais, savânicas e campestres. As formações florestais representam as áreas com predominância de espécies arbóreas, onde ocorre a formação de dossel, contínuo ou descontínuo. As formações savânicas, por sua vez, correspondem às localidades onde ocorrem árvores e arbustos espalhados sobre um estrato de gramíneas, sem que haja a formação de um dossel contínuo. Já as formações campestres compreendem as áreas onde ocorre o predomínio de espécies herbáceas e algumas arbustivas.

Pelo fato de o Distrito Federal localizar-se na área nuclear do bioma Cerrado, é possível encontrar todas as fitofisionomias do cerrado, descritas por Ribeiro e Walter (2008), porém as formações rupestres (campo e cerrado), matas secas, parque de cerrado (murundus) e veredas são consideradas mais raras e apresentam ocorrência pontual dentro do território.

Desde o século XIX, vem sendo realizados diversos estudos no intuito de levantar a composição florística do bioma Cerrado. O estudo mais recente neste sentido é o de Mendonça et al (2008), que listaram 12.356 espécies que ocorrem espontaneamente no bioma Cerrado, sendo que somente a flora vascular nativa engloba 11.627 espécies.

No âmbito do território do Distrito Federal, existe o trabalho Flora do Distrito Federal, Brasil, publicado pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (CAVALCANTI & RAMOS, 2001). Neste trabalho, foi realizado um levantamento de informações sobre a flora do Distrito Federal, envolvendo uma lista das espécies existentes nesta

área. Esta lista registra a ocorrência de 148 famílias botânicas e de 3.188 espécies, das quais 3.037 são nativas e 151 invasoras, existentes em sítios considerados perturbados (PROENÇA et al. 2001).

A UNESCO (2002) percebeu que foram coletadas 2.094 espécies nas localidades das áreas nucleares da Reserva da Biosfera do Cerrado – Fase 1, ou seja, nas áreas do Parque Nacional de Brasília, Estação Ecológica Águas Emendadas, Estação Ecológica do Jardim Botânico, Reserva Ecológica do IBGE, ARIE Capetinga – Taquara e Estação Ecológica da UnB.

Portanto, as 2.094 espécies encontradas nas áreas nucleares da Reserva da Biosfera do Cerrado – Fase 1, representam 17% do total de 12.356 espécies compiladas para o bioma, no trabalho de Mendonça et al (2008) e 61% das espécies da flora registradas no DF. Isto indica a alta importância destes locais para a manutenção da conservação da biodiversidade do Cerrado no DF.

Com relação à vegetação existente dentro da Unidade Hidrológica do Bananal, é possível encontrar os três tipos de formação existentes no Cerrado: a florestal, representada pelas matas de galeria e matas ciliares situadas ao longo dos cursos d'água; a savânica, representada pelo cerrado sentido restrito, muitas vezes em processo de degradação; e a campestre, representada pelos campos sujo e limpo, que são, eventualmente, áreas degradadas em processo de regeneração natural.

A Figura 8 apresenta um perfil das diferentes fitofisionomias existentes no bioma Cerrado apresentadas dentro de um gradiente de biomassa.



Figura 8 – Representação das principais fitofisionomias do bioma Cerrado. Fonte: Ribeiro e Walter (2008).

As matas de galeria e ciliares representam um tipo de vegetação florestal que acompanha os rios de pequeno porte e córregos dos planaltos do Brasil Central, formando corredores fechados (galerias) ou não (ciliares) sobre o curso de água. Quase sempre são circundadas por faixas de vegetação não florestal em ambas as margens, e em geral ocorrendo uma transição brusca com formações savânicas e campestres. (RIBEIRO e WALTER, 2008). As matas de galeria e ciliares em geral estão inseridas em áreas consideradas como de preservação permanente pelo Código Florestal e apresentam importância para o bom funcionamento dos sistemas ambientais, em especial, para a conservação do solo e da água.

O Cerrado sentido restrito caracteriza-se pela presença de árvores baixas, inclinadas, tortuosas, com ramificações irregulares e retorcidas, e, geralmente, com evidências de queimadas. Os arbustos e subarbustos encontram-se espalhados, com algumas espécies apresentando órgãos subterrâneos perenes (xilopódios), que permitem a rebrota após queima ou corte. Na época chuvosa, as camadas

subarbustiva e herbácea tornam-se exuberantes, devido ao seu rápido crescimento (RIBEIRO e WALTER, 2008).

A formação campestre é um tipo de cobertura vegetal predominantemente herbácea, que pode apresentar arbustos e subarbustos esparsos (campo sujo) ou mesmo com raros arbustos (campo limpo). De forma geral pode ser encontrada com mais frequência nas encostas, nas chapadas, nos olhos d'água, circundando as veredas e na borda das matas ciliares ou de galeria (RIBEIRO e WALTER, 2008).

A cobertura vegetal situada dentro da unidade hidrográfica do ribeirão Bananal pode ser considerada estratégica com relação à manutenção da diversidade biológica por abrigarem áreas naturais contíguas ao Parque Nacional, servindo como trampolins de diversidade e mesmo corredores ecológicos. Esta importância biológica pode ser ressaltada tendo em vista a inserção destes fragmentos de Cerrado no contexto da Reserva da Biosfera do Cerrado – Fase 1 e das Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Bioma Cerrado definidas pela Portaria MMA nº. 09/2007, devendo-se, portanto, promover uma ação efetiva para sua conservação.

2.3 Fauna

Por estar localizado em uma porção mediana da América do Sul, o Cerrado apresenta uma composição de fauna com influências de outros grandes domínios fitogeográficos do continente, fazendo limites com Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica e Chaco. Por outro lado, o compartilhamento de animais com outros grupos de vegetação também resulta numa baixa taxa de espécies endêmicas (SILVA, 1995b; BONVICINO et al., 2002; WEKSLER e BONVICINO, 2005).

O conhecimento sobre a fauna do Cerrado está concentrado, principalmente, nas proximidades dos centros urbanos, como em Brasília, Corumbá, Cuiabá, Goiânia e Palmas, ou em áreas de construção de hidrelétricas, como em Serra da Mesa, Cana Brava, Lajeado, Manso, entre outras. Embora diversos levantamentos tenham sido realizados nos Parques Nacionais localizados no Bioma (Chapada dos Veadeiros, Chapada dos Guimarães e Emas, entre outros), a maior parte destes dados não se encontra publicada, estando ainda na forma de relatórios pouco disponíveis para consultas.

De acordo com alguns estudos, a fauna de vertebrados do Cerrado é rica, sendo que são conhecidas 196 espécies de mamíferos (MARINHO-FILHO et al., 2002; BONVICINO et al., 2002; WEKSLER e BONVICINO, 2005), 837 espécies de aves (SILVA, 1995a; BAGNO e MARINHO-FILHO, 2001; MACEDO, 2002), 253 espécies de répteis (NOGUEIRA et al., 2009; RIBEIRO et al., 2009; COLLI et al., 2002), 121 de anfíbios (COLLI et al., 2002), 780 de peixes (RIBEIRO, 2006). Ademais, estima-se que existam 90.000 espécies de invertebrados (DIAS, 1992).

A fauna do Distrito Federal possui características do Cerrado e, como supracitado, de transição com outros biomas brasileiros, pois o DF se localiza em um ponto considerado como divisor de águas do Brasil Central, onde nascem os rios das bacias do rio Paraná e do rio São Francisco, além de rios das bacias do Tocantins/Araguaia, do sistema hidrográfico amazônico (SICK, 1958). A fauna do DF é bastante conhecida, principalmente os vertebrados. Mesmo assim, novas espécies ainda vêm sendo descritas, tanto de vertebrados quanto de invertebrados, principalmente novas espécies de anfíbios (BRANDÃO et al., 2007).

Salles (2007) registrou no Jardim Botânico de Brasília a ocorrência de 49 espécies de anfíbios, distribuídos em seis famílias: Caecilidae (1), Bufonidae (3), Hylidae (21), Dendrobatidae (1), Leptodactylidae (21) e Microhylidae (2), além de 86 espécies de répteis.

A avifauna do DF vem sendo inventariada desde 1928, cujos primeiros levantamentos foram conduzidos por Sneath, depois Sick e Ruschi, no final da década de 50. A primeira lista com as espécies de aves habitantes do Distrito Federal foi publicada na década de 80, composta por 429 espécies (NEGRET, 1983). Atualmente, das 454 espécies de aves já identificadas no Distrito Federal (BAGNO & MARINHO-FILHO, 2001), 22 são consideradas endêmicas do Cerrado (SILVA, 1997). Há ainda espécies visitantes da América do Norte e do sul da América do Sul, correspondendo a um total de 17 e seis espécies, respectivamente (BAGNO & MARINHO-FILHO, 2001).

Para os mamíferos, foram identificadas 113 espécies no Distrito Federal, distribuídos em nove ordens. Os roedores constituem o segundo grupo mais diverso dos mamíferos, com 53 espécies em 33 gêneros e oito famílias (WEKSLER & BONVICINO, 2005). Destaca-se no Jardim Botânico a presença de uma espécie ameaçada no Bioma Cerrado, o rato-do-mato (*Kunsia fronto*) e outra provavelmente já extinta (*Juscelinomys candango*), (SALLES, 2007). As 17 espécies de marsupiais estão distribuídas em 11 gêneros e apenas uma família.

Dentre os mamíferos de médio e grande porte, ocorrem no Cerrado 46 espécies distribuídas em 37 gêneros, 13 famílias e seis ordens (Xenartha, Primatas, Carnivora, Perissodactyla, Artiodactyla e Lagomorfa). Várias espécies de grandes mamíferos são reconhecidamente ameaçadas de extinção (IBAMA, 2003): o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), o cachorro-do-mato-vinagre (*Speothos venaticus*), a onça pintada (*Panthera onça*), a sussuarana (*Puma concolor*), a raposinha (*Lycalopex vetulus*), a jaguatirica (*Leopardus pardalis*), o gato-do-mato-pequeno (*Leopardus tigrinus*), o tatu-canastra (*Priodontes giganteus*) e o Tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*).

O Parque Nacional de Brasília (PNB), que se encontra, em parte, dentro do limite da área de influência das ARIE's, é peça chave para a conservação da biodiversidade local, além de proporcionar a contenção do crescimento desfreado da situação imobiliária em Brasília em sua área. Ainda assim, com desafios ambientais cada vez mais notórios dentro das sociedades, um dos grandes dilemas é conseguir transformar as UC's em áreas eficientes para preservação efetiva da biodiversidade de cada região. No DF e entorno, as principais UC's, inclusive o PNB, sofrem incontáveis impactos diretos e indiretos, os quais ameaçam a preservação da diversidade de flora e fauna.

Deste modo, os principais impactos diretos à fauna da região de Brasília são: a caça ilegal, a elevada ocorrência de queimadas, a disseminação de plantas e animais exóticos e/ou invasores, a degradação de corpo das águas e nascentes, e a elevada frequência de atropelamentos nas rodovias que margeiam as áreas naturais mais relevantes (MACHADO et al., 1998; RODRIGUES et al., 2002).

Outros impactos negativos advêm da expansão urbana descontrolada, como extensos desmatamentos, poluição de cursos d'água, degradação dos solos, processos erosivos, dentre outros. Além disto, há ainda o aumento da densidade de animais domésticos e exóticos, que ocasionam a proliferação de zoonoses em

animais silvestres, além de também aumentarem a incidência de doenças no próprio ser humano.

É de extrema importância a manutenção de fragmentos menores de vegetação natural, além dos grandes remanescentes, situados nas UC: Parque Nacional de Brasília, Estação Ecológica de Águas Emendadas e APA Gama-e-Cabeça-de-Veado. Isto permite a manutenção do fluxo gênico entre as populações e resguarda áreas relevantes para a conservação de animais silvestres, além de os pequenos fragmentos serem importantes para exercerem a função de corredores, de abrigo e de alimento quando os animais transitam longas distâncias. Tais fragmentos de vegetação natural de grande importância em questão são representados pelas ARIE's Cruls e do Bananal.

2.4 Hidrografia

Os cursos d'água do DF possuem característica típica de drenagem de áreas de planalto, onde são frequentes os desníveis e os vales encaixados. No Distrito Federal encontram-se três regiões hidrográficas: Paraná, São Francisco e Tocantins/Araguaia (CODEPLAN, 2010), onde encontram-se sete bacias hidrográficas: de São Bartolomeu, do Lago Paranoá, do Descoberto, do Maranhão, do Preto, do Corumbá e de São Marcos. Os principais cursos d'água são o Rio Descoberto, o Rio São Bartolomeu, o Rio Maranhão e o Rio Preto (CODEPLAN, 2010), consideradas de grande importância para a composição das bacias brasileiras que compõe as regiões hidrográficas do DF, pois deságuam em importantes afluentes destas bacias.

De acordo com SEMATEC (1993), 60% da área de drenagem do Distrito Federal contribui para a Bacia do Paraná, que compreende a região centro-oeste do DF; 25% contribui para a Bacia do São Francisco, que compreende a região leste; e 15% contribui para a Bacia do Tocantins/Araguaia, compreendendo a região noroeste. As unidades hidrográficas de gerenciamento do DF estão ordenadas por região e bacia hidrográfica na Tabela 1.

Tabela 1 - Regiões, bacias e unidades hidrográficas de gerenciamento do DF.

REGIÃO HIDROGRÁFICA	BACIA HIDROGRÁFICA	UNIDADE HIDROGRÁFICA
BACIA DO PARANÁ	RIO BARTOLOMEU	SÃO
		PIPIRIPAU
		MESTRE D'ARMAS
		SOBRADINHO
		PARANOÁ
		TABOCA
		PAPUDA
		CACHOEIRINHA
SANTANA		
SAIA VELHA / MARIA		

REGIÃO HIDROGRÁFICA	BACIA HIDROGRÁFICA	UNIDADE HIDROGRÁFICA	
	LAGO PARANOÁ	PEREIRA	
		SANTA MARIA / TORTO	
		BANANAL	
		LAGO PARANOÁ	
		RIBEIRÃO DO GAMA	
		RIACHO FUNDO	
		LAGO DESCOBERTO	
		DOIS IRMÃOS	
		RIO DESCOBERTO	MELCHIOR / BELCHIOR
			BURITI
	ENGENHO DAS LAGES		
	RIO CORUMBÁ	ALAGADO / PONTE ALTA	
		SANTA MARIA	
	RIO SÃO MARCOS	SAMAMBAIA	
	RIO PRETO	SANTA RITA	
		JACARÉ	
		SÃO JOSÉ	
		EXTREMA	
		BURITI VERMELHO	
		ALTO JARDIM	
MÉDIO JARDIM			
BAIXO JARDIM			
CAPÃO DO LOBO			
SÃO BERNARDO			
VEREDA GRANDE			
BACIA DO SÃO FRANCISCO	RIO MARANHÃO	SONHIM	
		PEDREIRA	
		PALMA	

A unidade hidrográfica do ribeirão Bananal possui área igual a 13.429,5 hectares e está inserida dentro da Bacia do Lago Paranoá, abrigando a área das duas

Unidades de Conservação em estudo: as ARIE's Cruls e do ribeirão Bananal. Os principais cursos d'água em seu interior são o Ribeirão do Bananal, o Córrego Capão Comprido, o Córrego do Rego, o Córrego do Acampamento, o Córrego Poço d'anta e o Córrego Poço d'água.

De acordo com informações disponibilizadas no EIA/RIMA do Setor Habitacional Noroeste, a vazão mínima $Q_{7,10}$ (ocorre a cada 10 anos e tem 7 dias de duração), que expressa a disponibilidade hídrica em termos de vazão das bacias hidrográficas, registrada pela estação EPIA da Caesb no ribeirão Bananal foi de 1.032 l/s.

Ainda de acordo com o EIA/RIMA do Setor Habitacional Noroeste, os mananciais da bacia do ribeirão Bananal apresentam boa qualidade de água, atendendo aos parâmetros estabelecidos pela Resolução Conama nº 357/2005 para águas destinadas à proteção de comunidades aquáticas (Classe 2). O ribeirão Bananal, apesar de apresentar boas reservas de assimilação, recebe clandestinamente pequenas cargas de esgotos e o lançamento clandestino de lixo doméstico nas proximidades do Setor Terminal Norte, o que pode comprometer seus padrões de qualidade no futuro.

BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DF

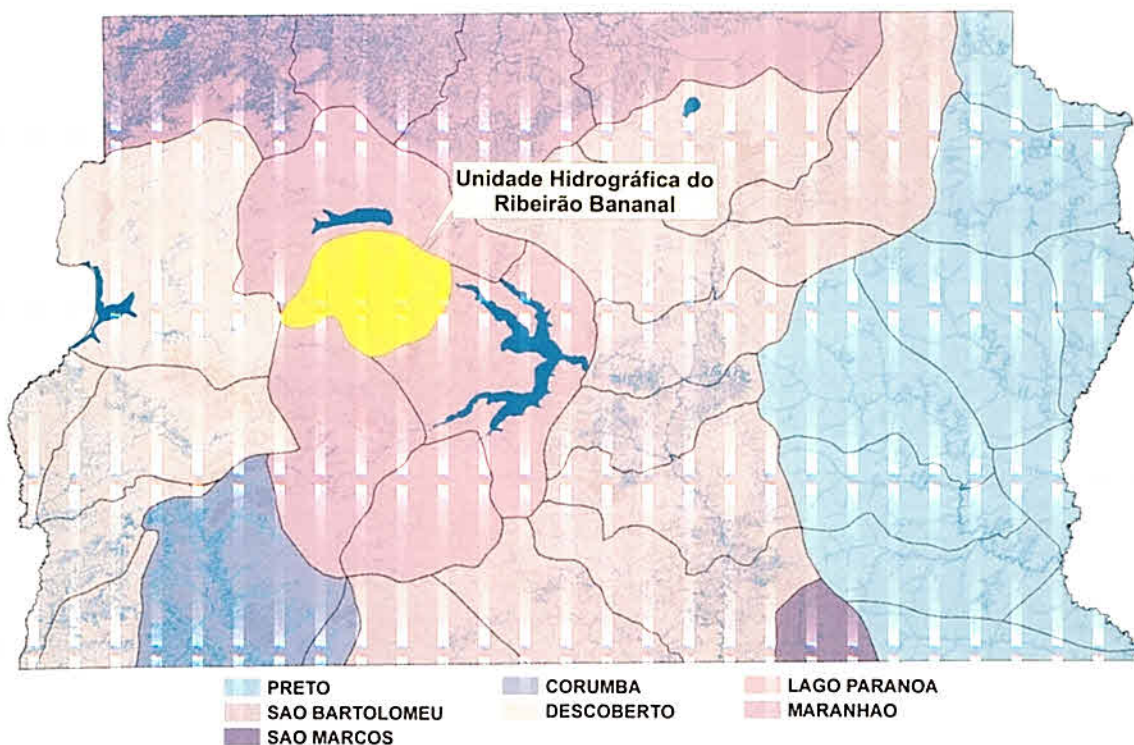


Figura 9 – Representação das bacias hidrográficas do Distrito Federal e localização da unidade hidrográfica do ribeirão Bananal.

Com a previsão de o ribeirão Bananal reforçar o sistema produtor de água Santa Maria/Torto da CAESB, deve-se salientar a necessidade de preservação das margens do ribeirão Bananal, onde a preservação das matas ciliares, hoje ameaçada pela ocupação indiscriminada das chácaras ocupadas pelo Núcleo Rural do Bananal, representa uma importante diretriz para a manutenção da qualidade da água e preservação da biodiversidade em nível local.

A Unidade Hidrográfica do Ribeirão do Bananal por abrigar as duas unidades de conservação em estudo (ARIE Cruls e do Ribeirão Bananal) foi utilizada para

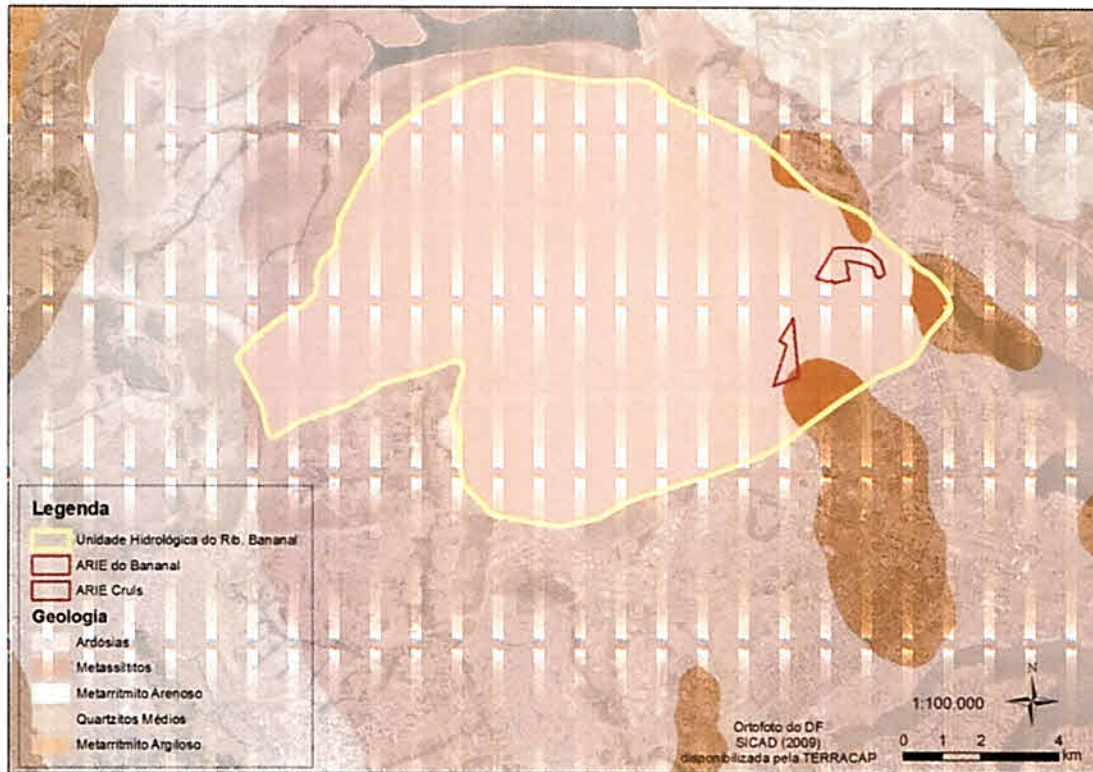


Figura 11 - Geologia da área de abrangência da Unidade Hidrológica do Ribeirão do Bananal

2.6 Pedologia

Com relação aos tipos de solos, o levantamento pedológico realizado no Distrito Federal pelo Serviço Nacional de Levantamento de Solo (Embrapa, 1978) indicou a presença de dois núcleos em função dos tipos de coberturas. O primeiro é caracterizado pelo conjunto de tipos pedológicos mais abundantes, que ocupam 85% do território e é constituído pelas seguintes classes: Latossolo Vermelho, Latossolo Vermelho-Amarelo e Cambissolo Háplico. Já o segundo grupo, que corresponde a aproximadamente 15% do território, refere-se aos demais tipos de solos identificados no DF, são eles: Nitossolo, Chernossolo, Gleissolo, Organossolo, Neossolo Quartzarênico, Neossolo Flúvico e Neossolo Litólico, além do Plintossolo.

Na Unidade Hidrológica do Ribeirão do Bananal foram encontrados cinco tipos diferentes de solo: Cambissolo Háplico, Gleissolo Háplico, Latossolo Vermelho, Latossolo Vermelho-Amarelo e Plintossolo Pétrico. Destas classes de solo, o que predomina na UH do Bananal é o Latossolo Vermelho, abrangendo 60,7% da área total da UH, seguido pelo Latossolo Vermelho-Amarelo com 22%. Após, seguem as classes Gleissolo Háplico, Cambissolo Háplico e Plintossolo Pétrico, com 9,1%, 7,6% e 0,2%, respectivamente (Figura 12).

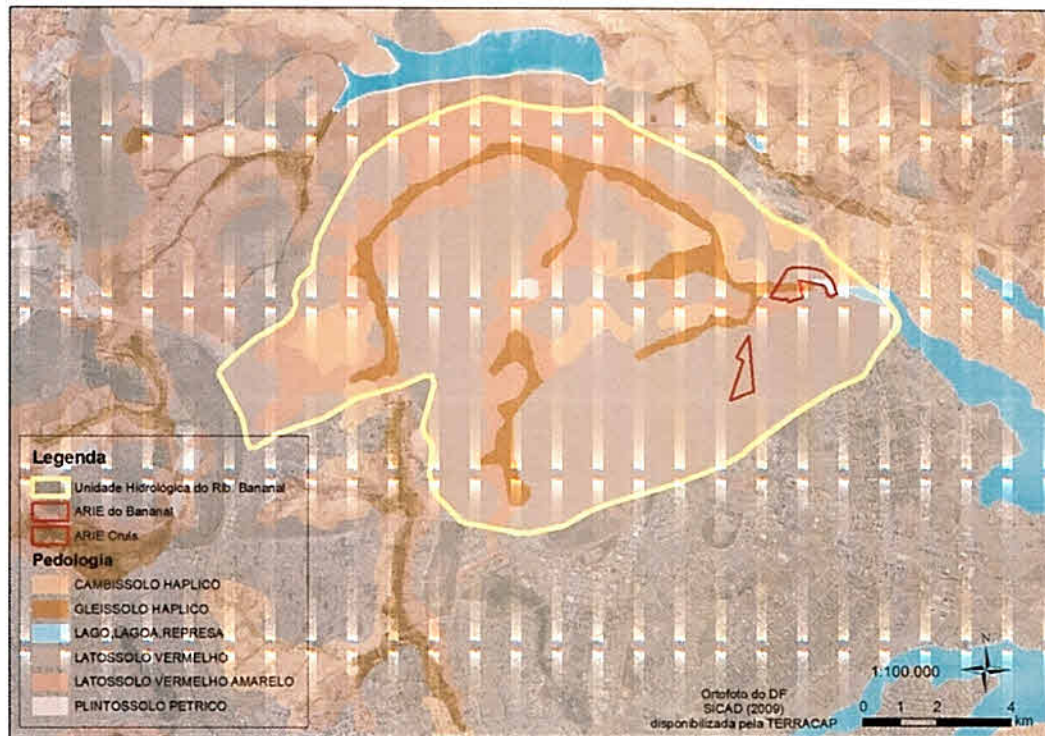


Figura 12 - Pedologia da área de abrangência da Unidade Hidrológica do Ribeirão do Bananal. Fonte: Embrapa, 1978.

2.7 Geomorfologia

Quanto aos aspectos geomorfológicos, o DF está inserido no Planalto Central do Brasil, onde se localizam as cabeceiras dos três maiores rios brasileiros: Maranhão, afluente do Rio Tocantins; o Rio Preto, afluente do Rio São Francisco; os rios São Bartolomeu e Descoberto, tributários do Rio Paraná. De acordo com Ab'Saber (1977), no contexto regional, o Distrito Federal está inserido no Domínio Morfoclimático do Cerrado, cujas características geomorfológicas teriam resultado de uma prolongada interação de regimes climáticos tropical semiúmido com fatores litológicos, edáficos e bióticos.

De acordo com o sistema de classificação da geomorfologia adotado pelo Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal, no DF encontram-se os seguintes compartimentos: Chapadas Elevadas (também chamados Planos Elevados), onde predominam os Latossolos, baixa densidade de drenagem, declividades inferiores a 10% e cotas superiores a 1.100 m; Plano Intermediário, que apresenta características similares à Chapada Elevada, porém situa-se em cotas entre 950 e 1.050 m; Vale Dissecado, que apresenta um padrão de relevo ondulado a forte ondulado, elevada densidade de drenagem, ampla predominância de Cambissolos, declividades superiores a 20% e cotas inferiores a 800m; Rebordo, que mostra padrão de relevo ondulado, moderada densidade de drenagem, predominância de Cambissolos, declividades entre 10 e 20% e cotas entre 950 e 1.100m; e Rampa Íngreme (Escarpa), que tem padrão de relevo forte ondulado a escarpado, alta densidade de drenagem, ampla predominância de Cambissolos, declividades superiores a 25% e cotas entre 800 e 1.100m.

Nos Planos Elevado e Intermediário a pedogênese supera a erosão e transporte no balanço morfodinâmico, já nos compartimentos de Vale Dissecado, Rebordo e Rampa Íngreme a erosão e transporte superam fortemente a pedogênese no balanço morfodinâmico.

Na área de abrangência da unidade hidrográfica do ribeirão Bananal, encontram-se os compartimentos Chapada Elevada, Plano Intermediário e Rebordo, onde o Plano Intermediário predomina, ocupando 95,6% da área total da UH. Os outros dois compartimentos representam porcentagens pequenas de área da UH: 2,6% ocupado pelo Rebordo e 1,8% pela Chapada Elevada (Figura 13). Deve-se dar uma maior atenção à área de Rebordo, pois é a área com maior vulnerabilidade à erosão e transporte de sedimentos.



Figura 13 - Geomorfologia da área de abrangência da Unidade Hidrológica do Ribeirão do Bananal. Fonte: GDF, 2010.

3 ASPECTOS CULTURAIS E HISTÓRICOS

Apesar da primeira Constituição da República ter definido legalmente a região onde deveria ser fixada a futura capital do país, foi somente em 1956, com a eleição de Juscelino Kubitschek, que teve início a efetiva construção da cidade, inaugurada em 21 de abril de 1960, seguindo o plano urbanístico de Lúcio Costa e a concepção arquitetural de Oscar Niemeyer.

Desde sua criação, o Distrito Federal sofreu, na prática, importantes distorções em sua proposta inicial. Dentre elas, um crescimento desordenado e explosivo com reflexos diretos na qualidade de vida da população.

Cabe destacar que, originalmente, o Distrito Federal foi projetado para abrigar 500 mil habitantes e segundo dados do IBGE (2010), no ano 2010 foram contabilizadas 2,6 milhões de pessoas distribuídas em 31 Regiões Administrativas, sendo que a

população com melhor a melhor condição socioeconômica e qualidade de vida está concentrada no Plano Piloto e nas suas adjacências, e, de forma geral, a população mais vulnerável relegada para a sua periferia.

A construção de Brasília teve um impacto importante na integração do Centro-Oeste à vida econômica e social do Brasil, mas enfrentou e, como todas as grandes cidades, ainda enfrenta, atualmente, sérios problemas de habitação, emprego, saneamento, segurança e outros mais.

Atualmente, o Distrito Federal apresenta as características de uma metrópole regional, exercendo uma forte polarização urbana, e detendo grande importância socioeconômica na sua região de influência, ressaltada pela grande diversidade de serviços oferecidos localmente, pela boa cobertura dos sistemas de infraestrutura e de equipamentos públicos, e em função da maior renda per capita percebida no país.

A concepção urbanística e arquitetural de Brasília foi reconhecida como um marco da arquitetura e urbanismo modernos, tendo sido nomeada Patrimônio da Humanidade pela UNESCO no ano de 1987, sendo o primeiro bem contemporâneo a merecer essa distinção. Destaca-se que Brasília é detentora da maior área tombada do mundo, com 112,25 km² e que a ARIE Cruls e a ARIE do Bananal apresentam interferência com a área urbana tombada de Brasília, conforme pode ser observado na Figura 14.

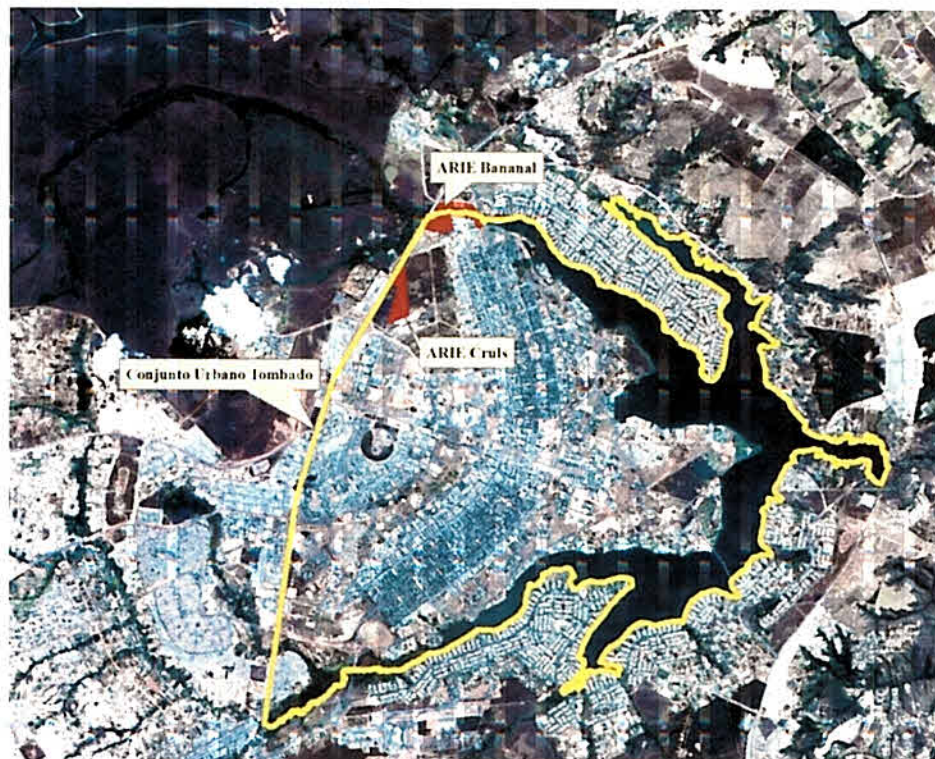


Figura 14 - Representação da ARIE Cruls, da ARIE do Ribeirão Bananal e a área do Conjunto Urbanístico Tombado de Brasília sobre imagem ALOS obtida no ano de 2009

Ainda com relação aos aspectos culturais, cabe ressaltar a questão da ocupação de uma gleba de terras por grupos indígenas nas proximidades do Setor Habitacional Noroeste e dos limites da ARIE Cruls, atualmente denominada Santuário dos Pajés.

De acordo com o laudo antropológico realizado para a FUNAI em agosto de 2011, verificou-se que a ocupação indígena em parte da área da antiga Fazenda Bananal (nas proximidades do atual Setor Habitacional Noroeste) remonta o final da década de 1950, período quando se deu a construção e a inauguração da atual Capital Federal do Brasil.

Nesta oportunidade, indígenas da etnia Fulni-Ô, oriundos do município de Águas Belas, no estado de Pernambuco, vieram juntamente com milhares de nordestinos para a região do DF em busca de se estabelecerem em uma região bastante promissora e atraente para a época, especialmente para indígenas à procura de trabalho assalariado, proteção por parte do Estado e melhores condições de vida.

Em meados da década de 1970, constatou-se que os primeiros indígenas se fixaram definitivamente na região da Fazenda Bananal em virtude de questões relacionadas à construção da barragem de Itaparica no rio São Francisco, empreendimento que os atingiu diretamente algumas comunidades indígenas localizadas em vários municípios da bacia do rio São Francisco.

De acordo com o laudo antropológico, entre 1977 e 1978, o indígena Santxiê, liderança mais antiga a ocupar o Santuário dos Pajés, ao regressar da região do Alto Xingu, onde prestou serviços temporários junto a povos indígenas ali existentes, estabeleceu residência na área, após ter passado uma temporada na Casa do Ceará, onde chegou a ficar hospedado por algum tempo, bem como na própria FUNAI em Brasília, instituição que à época já prestava assistência aos índios na Capital Federal.

A partir de então, a residência que Santxiê construiu na área da antiga Fazenda Bananal passou a ser vista como um ponto de referência para seus parentes Fulni-Ô e para indígenas de muitas etnias que passavam por Brasília para tratar de assuntos diversos, tais como: a reivindicação de direitos e políticas públicas junto à FUNAI e a outros órgãos do governo federal, o atendimento à saúde, a procura de trabalho assalariado, a venda de artesanato, a participação em eventos políticos e culturais etc.

Com o início da construção do Setor Habitacional Noroeste, na Região Administrativa de Brasília, ocorreu um contencioso pelo uso das terras ocupadas pelo Santuário dos Pajés e o novo setor habitacional. Na negociação realizada entre a TERRACAP e os indígenas ficou acertado que os indígenas moradores do Santuário dos Pajés fossem realocados na Área de Relevante Interesse Ambiental Cruls.

4 USO E OCUPAÇÃO DA TERRA E PROBLEMAS AMBIENTAIS

A Unidade Hidrológica do Bananal abrange áreas de sete Regiões Administrativas do Distrito Federal, são elas: Brasília, Taguatinga, Guará, Lago Norte e Cruzeiro, Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) e o Setor Complementar de Indústrias e Abastecimento (SCIA – Vila Estrutural), sendo que as duas últimas ainda não possuem suas poligonais oficialmente definidas. (Figura 15).



Figura 15 - Regiões Administrativas circunvizinhas à Unidade Hidrológica do Bananal sobre imagem ALOS obtida no ano de 2010.

A ocupação da terra na área de abrangência da UH do Bananal foi avaliada de forma multitemporal, a partir de informações disponibilizadas nos mapas de uso do solo e cobertura vegetal disponibilizados para os anos de 1953, 1964, 1973, 1984 e 1998 (UNESCO, 2002). E para o ano de 2009, os dados foram obtidos por meio da interpretação de imagens fornecidas pelo satélite ALOS, com 2,5 metros de resolução espacial.

No mapa de uso do solo da região de 1953 é possível perceber que 100% da área, tanto dentro quanto fora da UH do Bananal, era composta por formações de vegetação natural. Não havia ocupações urbanas, agrícolas ou indícios de degradação antrópica, o que pode ser observado na Figura 16.

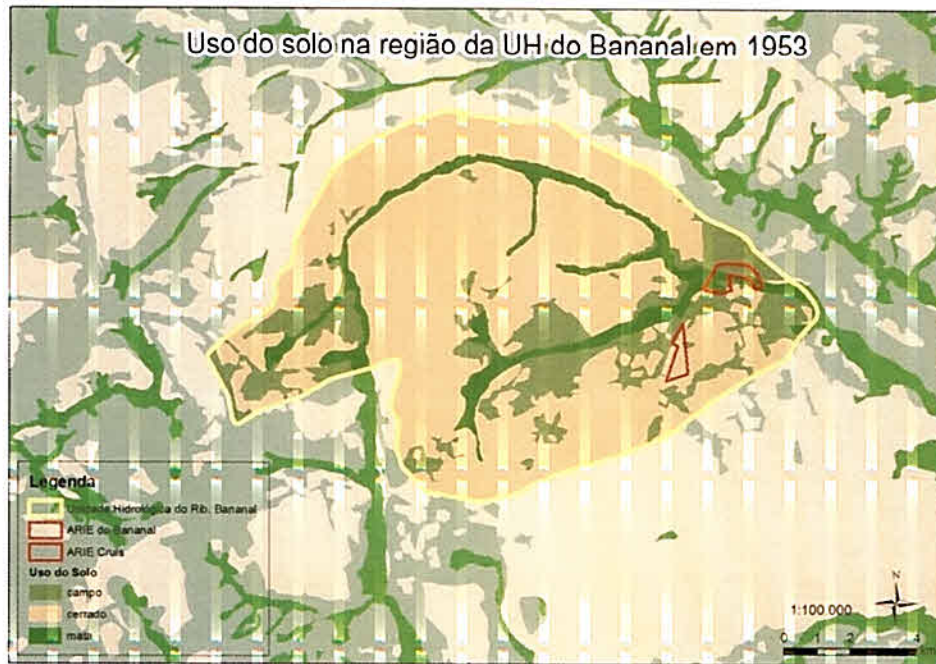


Figura 16 - Uso do solo em 1953 na região da Unidade Hidrológica do Bananal

No mapa do ano de 1964, verifica-se que o Lago Paranoá já havia sido criado e algumas áreas urbanas começavam a se formar, como as Asas Sul e Norte e uma pequena parte de Taguatinga. Além de a degradação da vegetação nativa começar a se caracterizar por algumas áreas com solo exposto e pequenas áreas agrícolas na vizinhança (Figura 17) Começam a avançar para o interior da região sudeste da Unidade Hidrológica pequenas porções de solo exposto e áreas urbanas.

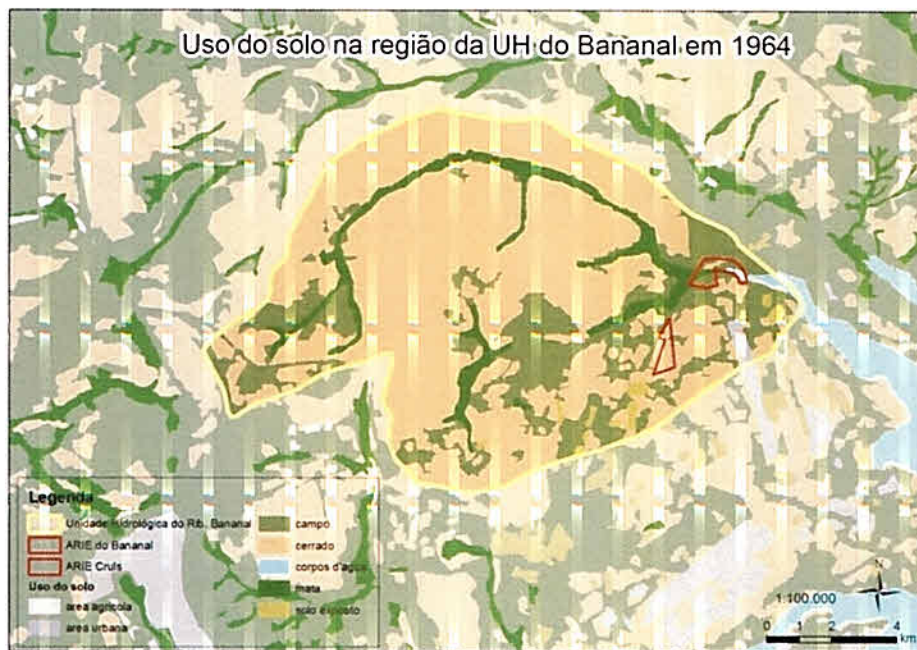


Figura 17 - Uso do solo em 1964 na região da Unidade Hidrológica do Bananal

Quase 10 anos depois, pode-se perceber que a estrutura da região já se torna diferente. A barragem de Santa Maria, que se localiza dentro do Parque Nacional de Brasília e que hoje é responsável pelo abastecimento de água potável de Brasília, já

havia sido construída. A área urbana do Distrito Federal também havia crescido, atingindo as Regiões Administrativas de Ceilândia, Cruzeiro, SIA e Guará (Figura 18). As áreas urbanas e com solo exposto aumentam de tamanho na porção sudoeste da UH, apesar de ainda serem pequenas e as formações vegetais ocuparem a maior parte da área total.

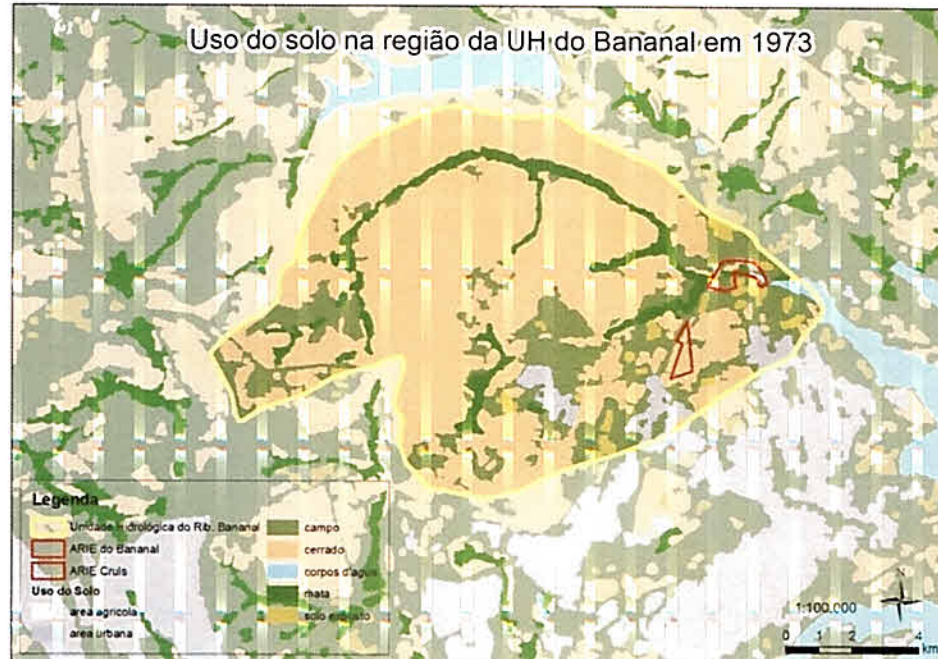


Figura 18 - Uso do solo em 1973 na região da Unidade Hidrológica do Bananal

Em 1984, foram plantadas espécies de *Pinus sp.* e *Eucalyptus sp.* na área, onde em 1999, seria criada a Floresta Nacional de Brasília. A área urbana continuou aumentando exponencialmente, já com o estabelecimento do Lago Norte, desenvolvimento do SIA, do Cruzeiro e do Plano Piloto. Iniciou-se, também, atividade agrícola nas proximidades da Granja do Torto (Figura 19) A atividade agrícola da Granja do Torto invade a área da UH, fazendo limite com o Parque Nacional de Brasília, bem como parte da plantação de espécies exóticas, da Floresta Nacional de Brasília. As áreas urbanas da Asa Norte e do SIA se desenvolvem ocupando manchas urbanas cada vez maiores.

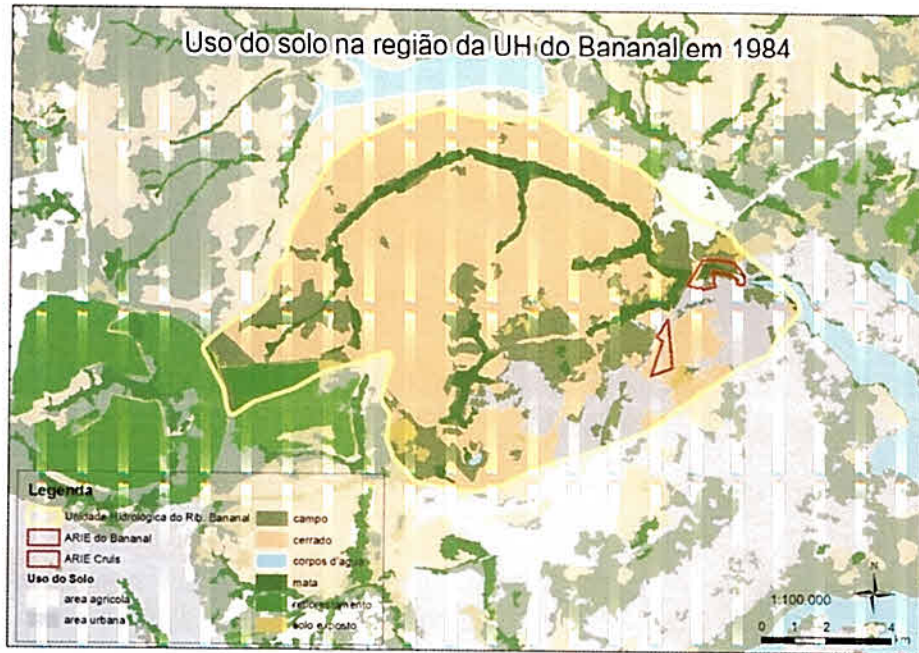


Figura 19 - Uso do solo em 1984 na região da Unidade Hidrológica do Bananal

Após 14 anos deste período, as mudanças na paisagem prosseguiram. Houve a intensificação da atividade agrícola na região de Brazlândia limitrofe ao Parque Nacional de Brasília, e na região de Vicente Pires, Águas Claras e Park Way. A área urbana nas Regiões Administrativas supracitadas continuou a crescer, muitas vezes desordenadamente, até atingir Sobradinho II (Figura 20). A plantação de espécies exóticas dentro da UH ficou abandonada e deu lugar em parte a formações campestres. As formações vegetais dentro da UH ainda são predominantes com relação aos outros usos da terra.

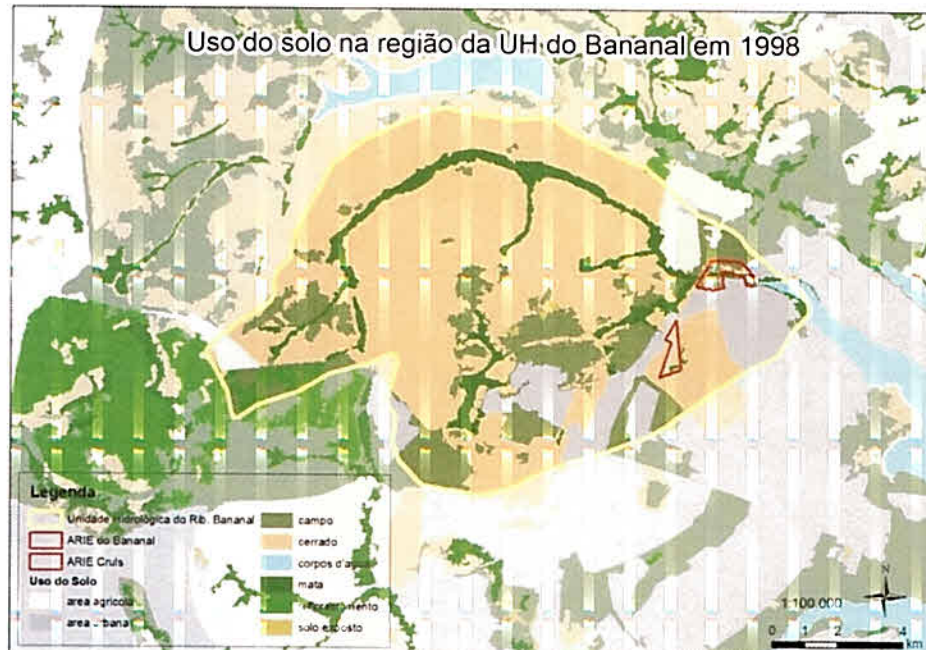


Figura 20 - Uso do solo em 1998 na região da Unidade Hidrológica do Bananal

A última análise da região remete-se ao ano de 2009. Parte do reflorestamento dentro da FLONA de Brasília se transformou em chácaras de uso misto. A região de Brazlândia continuou com a atividade agrícola, além da criação de pastagens e chácaras. As antigas áreas agrícolas de Vicente Pires, Águas Claras e Park Way deram lugar a áreas urbanas. Várias áreas de formação campestre tornaram-se área verde intra-urbana e a área da Granja do Torto foi ocupada por áreas urbanas, pastagens e chácaras (Figura 21). Novos usos da terra avançaram para dentro da UH do Bananal, como pastagens, chácaras de uso misto, vegetação alterada, vegetação intra-urbana e áreas úmidas.



Figura 21 - Uso do solo em 2009 na região da Unidade Hidrológica do Bananal

Apesar de existirem na região vegetações alteradas ou degradadas, chácaras, pastagens e áreas urbanas com vegetação intra-urbana, é possível perceber que a região da UH do Bananal é predominantemente ocupada por vegetação natural, representada por formações: florestal, campestre ou savânica, ou ainda, áreas úmidas. Isto decorre do fato de grande área da UH se localizar dentro do Parque Nacional de Brasília, que conserva boa cobertura de vegetação de Cerrado. Caso contrário, o setor imobiliário, as chácaras de uso misto e a degradação ambiental já teriam, certamente, se intensificado na Unidade Hidrológica do Bananal, tendo em vista sua proximidade com a área ocupada pelo Plano Piloto e mais recentemente pelo Setor Noroeste.

As áreas da UH do Bananal, que se encontram fora do limite do Parque Nacional de Brasília (PNB), principalmente aquelas situadas nos limites e nas adjacências das ARIE's Cruls e do Bananal sofrem uma enorme pressão do desenvolvimento urbano. Tais áreas se localizam na região do Plano Piloto e próximo à RA do Lago Norte, que possuem alto valor imobiliário. A ARIE Cruls e suas proximidades são locais que contém fragmentos de Cerrado de tamanho razoável fora do PNB e sofrem, em especial, grande impacto advindo do Setor Habitacional Noroeste, que está sendo construído ao lado. Percebe-se, portanto, a necessidade e a importância da ARIE

Cruls, gerando maior conexão entre outros grandes fragmentos de Cerrado do Distrito Federal.

O crescimento da área urbana dentro da UH do Bananal foi intenso no decorrer dos anos avaliados. No ano de 1953, não havia área urbana na região, que só começou a atingir a UH no ano de 1964, onde a área urbana correspondia a apenas 0,43% da área total da UH. A partir de então, a área urbana cresceu substancialmente principalmente no intervalo entre 1973 e 1984, que subiu de 3,16% para 10,49% de área urbana com relação à área total.

A ampliação da área urbana neste período ocorreu por causa da consolidação da cidade. Foi criado o Plano Estrutural de Organização Territorial em 1977 e a vida social em Brasília tornou-se mais intensa. Este foi o período em que a atividade imobiliária cresceu, juntamente com o comércio de terras, além da grande favelização, ocupações ilegais de terras e crescimento da violência urbana.

No ano de 1998 a área urbana dentro da UH permaneceu praticamente constante, com 11,21%. E na década do ano 2000, a região urbana dentro da UH voltou a crescer atingindo 15,13% de área urbana, considerando também a área verde intra-urbana. A dinâmica de crescimento da área urbana na UH pode ser observado na Figura 22.

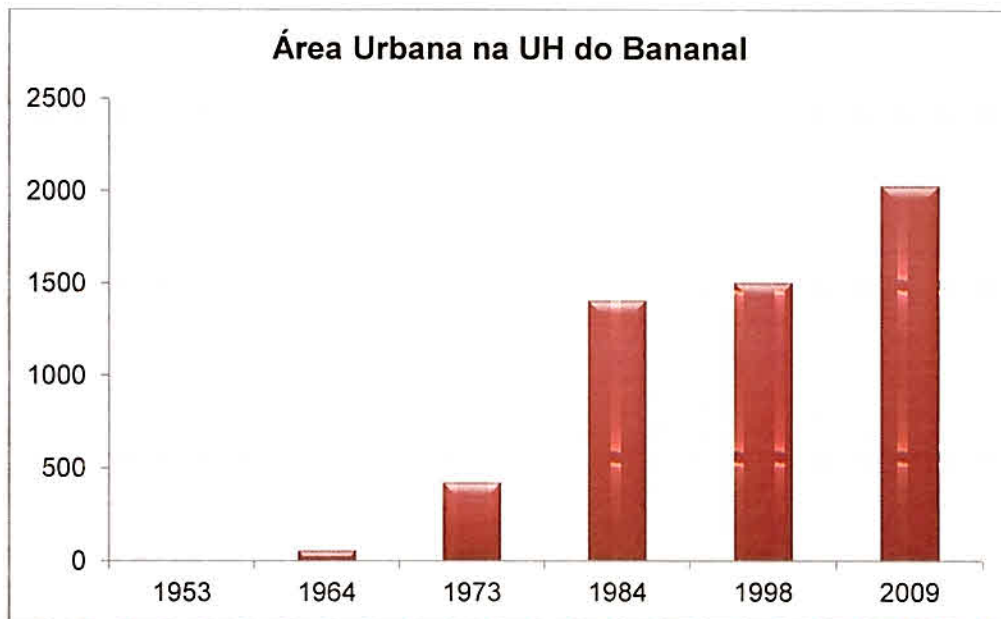


Figura 22 - Área urbana em hectares analisados na escala multitemporal dentro da UH do Bananal. Fonte: UNESCO, 2002.

Com a implantação recente do Setor Habitacional Noroeste está previsto um crescimento das áreas urbanizadas na unidade hidrográfica do ribeirão Bananal da ordem de 825 hectares, que compreendem a área do Setor Habitacional (525 hectares) e a área destinada à implantação do Parque Burle Marx (300 hectares), conforme informação apresentada no EIA/RIMA deste empreendimento.

Como mencionado anteriormente, é possível perceber que apesar do crescente desenvolvimento da área urbana e de outros usos da terra dentro da UH do Bananal, a área ocupada pela cobertura vegetal de Cerrado ainda é predominante no local.

Em 1953, a UH era toda ocupada por formações florestais, savânicas e campestres. Em 1964, a cobertura vegetal diminuiu para 98,2% da área total, caindo para 94,3% em 1973. Do ano de 1984 a 1998 a cobertura vegetal de Cerrado praticamente manteve-se estável, ocupando no ano de 1998 um total de 84,6% da área. Em 2009, a área de cobertura vegetal diminuiu para 76,32%, o que ainda assim significa um alto percentual de remanescente de áreas naturais dentro da Unidade Hidrográfica.

A Figura 23 ilustra a dinâmica da cobertura vegetal na UH do Bananal.

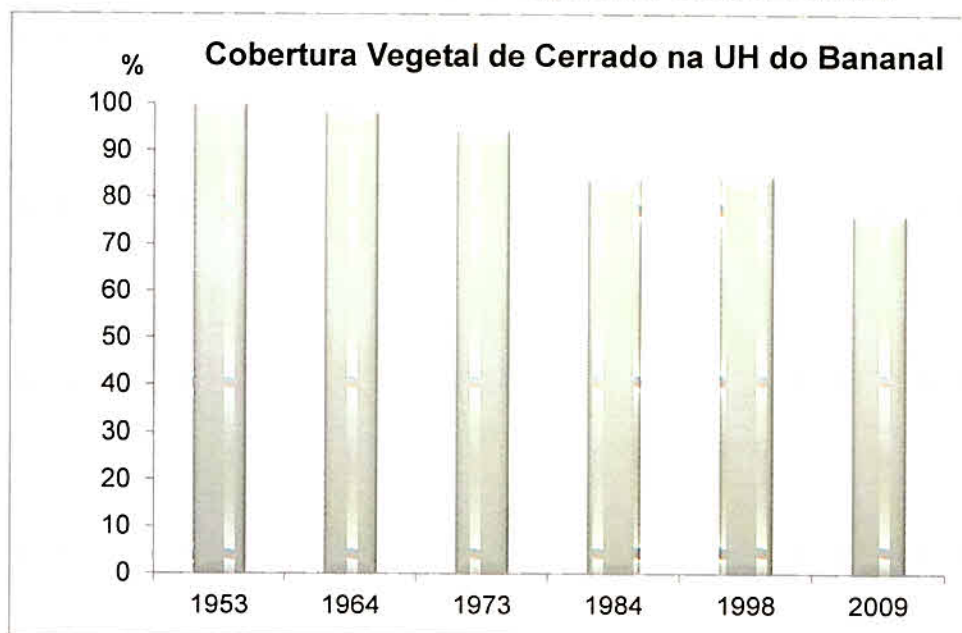


Figura 23 - Área de cobertura vegetal dentro da Unidade Hidrológica do Ribeirão do Bananal representada em percentual. Fonte: UNESCO, 2002.

Um dos grandes problemas ambientais relacionados ao intenso desenvolvimento urbano é a contaminação do Ribeirão do Bananal devido à emissão irregular de efluentes não tratados, tanto os sanitários quanto os industriais, estes últimos provenientes do Setor de Oficinas Norte. Outro problema é o assoreamento do ribeirão, que tende a aumentar pontualmente neste ano e no próximo devido à erosão de terras provenientes da construção do Setor Noroeste.

Com relação à ARIE Cruls, existe um processo de degradação antrópica no local, uma vez que há moradia irregular na região. Eventualmente, estas pessoas podem poluir e compactar o solo, desmatar e danificar mudas em bom estado. Além disto, é necessária uma maior presença do Estado na UC, para que ela não vire refúgio para certos criminosos que praticam atos ilícitos, principalmente no final do bairro da Asa Norte.

Na área proposta para a implantação da ARIE do ribeirão Bananal destaca-se uma situação de conflito relacionada à questão fundiária (dominialidade das terras) e ao processo de ocupação das terras na área do Núcleo Rural do Bananal, configurando um sério quadro de instabilidade político-institucional junto à população residente. Tal situação de conflito apresenta rebatimentos relacionados à conversão irregular de áreas rurais em áreas urbanas, tendo em vista a grande influência da especulação imobiliária, o déficit habitacional existente e a falta de mecanismos eficientes de fiscalização da ocupação do território.

5 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO

As características socioeconômicas foram levantadas para as Regiões Administrativas de influência direta nas ARIE's Cruls e do Bananal, que são as RA's de Brasília e do Lago Norte. As principais fontes de informações estatísticas utilizadas neste levantamento foram a Pesquisa Distrital por Amostragem de Domicílio 2010/2011 (PDAD), o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Anuário Estatístico do Distrito Federal da CODEPLAN, entre outras fontes oficiais. O objetivo é caracterizar a população que reside no entorno das Unidades de Conservação, quanto à quantidade da população, faixa de renda, nível de escolaridade, dentre outros parâmetros.

Brasília é a Região Administrativa (RA) I, possui 450,20 km² e foi criada pela Lei 4.545 de 10/12/1964, sendo que esta data foi ratificada pela Lei 049 de 25/10/1989. E o Lago Norte é a RA de número XVIII, possui 64,60 km² e foi criada pela Lei 641 de 10/01/1994.

De acordo com a PDAD (2010), a população total do Distrito Federal era de 2.570.160 habitantes. A população residente na Região Administrativa de Brasília, neste mesmo ano era de 209.855 pessoas, representando 8,17% da população total do DF, sendo 96.065 homens (45,8%) e 113.790 mulheres (54,2%). Em 2010, houve ainda 2.359 nascimentos e 951 óbitos. A população residente por faixa etária pode ser observada na Figura 24. A taxa média geométrica de crescimento anual foi de 0,56%, ou seja, menor do que a média do DF, igual a 2,28%.

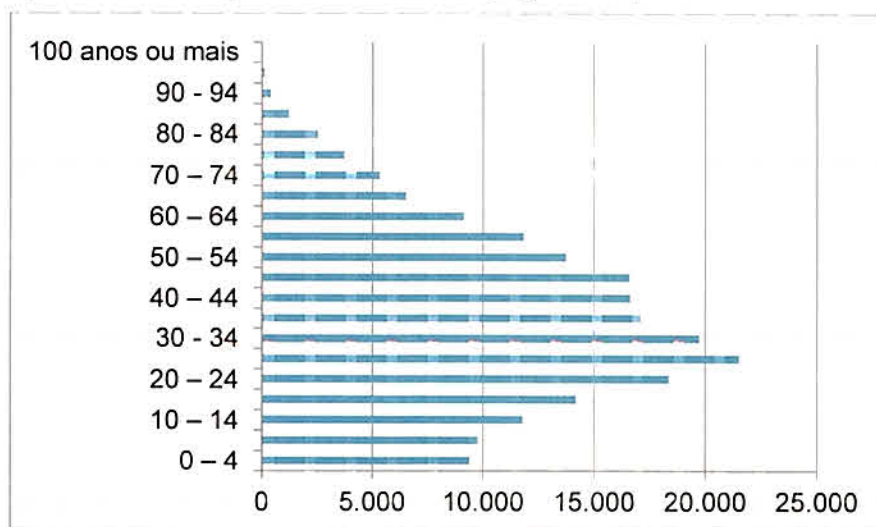


Figura 24 - População residente por faixa etária na RA Brasília. Fonte: CODEPLAN. Pesquisa Distrital por Amostragem de Domicílio (PDAD 2010).

De acordo com a Figura 24, é possível perceber que a maior quantidade de habitantes encontra-se na faixa etária de 25 a 29 anos, seguida pela faixa de 30 a 34 e de 20 a 24 anos. Em Brasília, há um grande número de pessoas de até 14 anos de idade, totalizando 14,7% do total de habitantes e apenas 9,5% da população possui mais de 65 anos, o que caracteriza a população de Brasília como jovem.

Já na Região do Lago Norte residiam 41.627 pessoas em 2010, equivalente a 1,62% da população total do DF, sendo 20.151 homens (48,4%) e 21.476 mulheres (51,6%). Neste ano ocorreram 393 nascimentos e 142 óbitos. A taxa média geométrica de crescimento anual foi de 3,50%, o que é maior do que a média do DF,

igual a 2,28%. A população residente nesta RA classificada por faixa etária encontra-se na Figura 25.

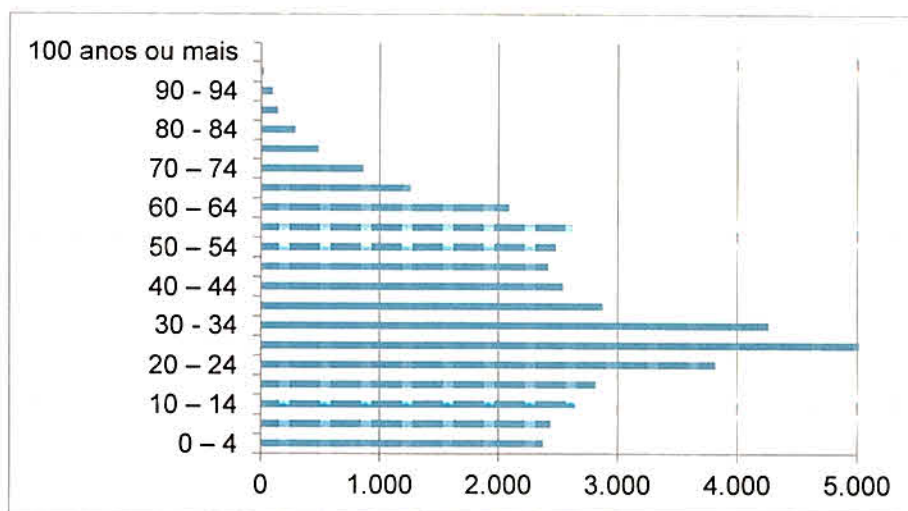


Figura 25 - População residente por faixa etária na RA Lago Norte. Fonte: CODEPLAN. Pesquisa Distrital por Amostragem de Domicílio (PDAD 2010).

Da mesma forma que na RA I, no Lago Norte, a faixa etária mais representativa da população é a de 25 a 29 anos, com 12,1% do total, seguida por 30 a 34 e por 20 a 24 anos. O Lago Norte também se caracteriza por possuir uma população jovem, pois 17,9% da população possui até 14 anos de idade, enquanto apenas 7,6% é de pessoas com mais de 65 anos.

Com relação à renda, o Distrito Federal possuía renda média domiciliar mensal igual a 7,6 salários mínimos, em 2010. De acordo com estudo disponibilizado pela CODEPLAN, o Distrito Federal foi dividido em três grupos distintos de renda domiciliar, o Grupo I é formado pelas RA's com maior renda mensal, o Grupo II com média renda mensal e o Grupo III com as RA's de menor renda média mensal. Brasília e Lago Norte, são RA's pertencentes ao Grupo I, isto é, fazem parte do grupo de RA's com maior renda domiciliar mensal.

De acordo com a Pesquisa Distrital por Amostragem em Domicílio, a RA Brasília possui renda média domiciliar mensal igual a 21,5 salários mínimos, enquanto o Lago Norte possui tal renda igual a 31 salários mínimos. A renda domiciliar de cada Região Administrativa em comparação com a renda do DF, escalonada por quantidade de salários mínimos encontra-se na Figura 26.

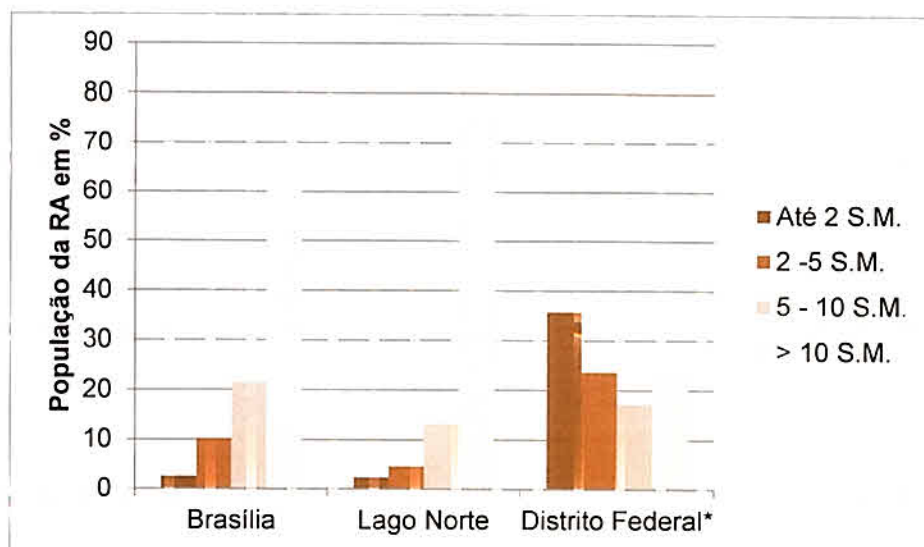


Figura 26 - Renda escalonada por quantidade de salários mínimos das duas RA's em questão e do DF, para o ano de 2010. Fonte: CODEPLAN. Pesquisa Distrital por Amostragem em Domicílio (PDAD 2010).

É notável a grande diferença de renda das RA's em questão, em comparação com o Distrito Federal. Enquanto no DF, 35,8% da população ganha até dois salários mínimos, em Brasília esta taxa cai para 2,8% e é ainda menor no Lago Norte, de 2,4%. A mesma diferença está relacionada às famílias que ganham mais de 10 salários mínimos por mês, pois no DF estas famílias correspondem a 23,3%, enquanto em Brasília correspondem a 65,8% e no Lago Norte a 79,8%. A faixa de renda domiciliar mensal que mais se parece entre as RA's e o DF é a faixa das famílias que ganham entre 5 a 10 salários mínimos por mês, onde em Brasília, as famílias com esta renda correspondem a 21,5%, no Lago Norte, correspondem a 13,2% e no Distrito Federal a 17,2%.

A população do Lago Norte em 2010 era de 36.256 habitantes, em uma área urbana de 2.638,80 hectares. Isto corresponde a uma densidade demográfica de 13,7 habitantes por hectare. Em Brasília, a população era de 209.855 habitantes, localizados em uma área urbana de 10.128,74 hectares, o que corresponde a uma densidade demográfica igual a 20,7 habitantes por hectare. Já no Distrito Federal, a população é de 2.646.592 pessoas, distribuídas em 59.039,17 hectares, equivalendo a uma densidade demográfica igual a 44,8 habitantes por hectare (Figura 27).

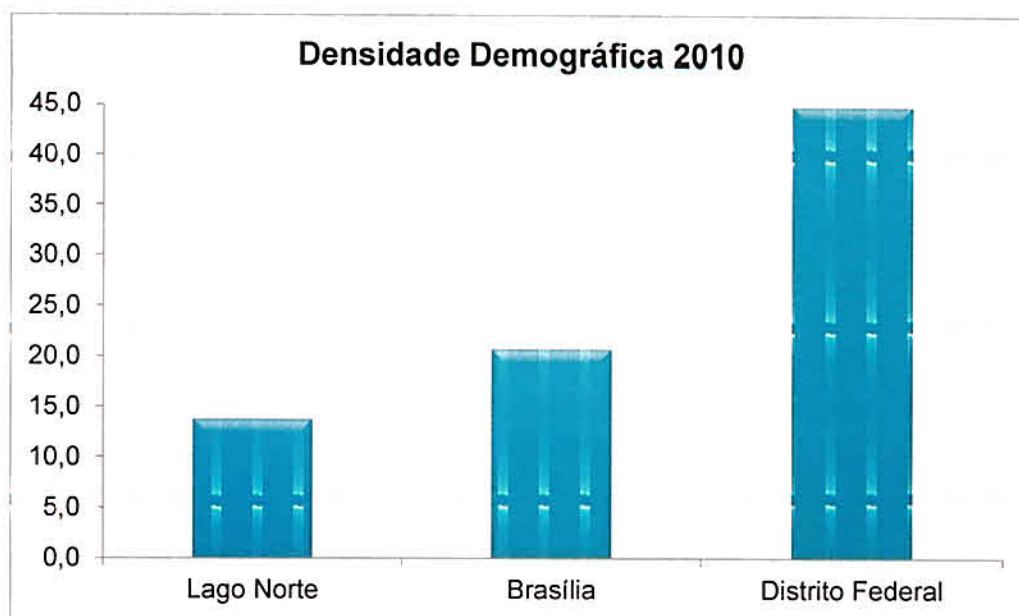


Figura 27 - Densidade demográfica de cada Região Administrativa e do Distrito Federal em 2010. Fonte: CODEPLAN. Pesquisa Distrital por Amostragem em Domicílio (PDAD 2011).

No Distrito Federal, a taxa de desemprego vem caindo consideravelmente, desde o ano de 1999, quando o desemprego chegava a 22,1%. Até 2003, o desemprego caía porém, neste ano, atingiu a maior taxa do período, igual a 22,9%. Desde então, o desemprego voltou a cair todos os anos consecutivamente, chegando em 2010 a 13,6% (Figura 28).



Figura 28 - Taxa de desemprego do Distrito Federal do período de 1999 a 2010. Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF 2010).

Conforme a PED-DF (2010), o Grupo I possui taxa média de desemprego de 7,4%. Analisando a Figura 28, verifica-se que a taxa média de desemprego no DF neste ano foi de 13,6%, sendo, portanto, maior do que a taxa das RA's de influência nas Unidades de Conservação. Esta taxa menor que a média do DF é devida à alta

renda domiciliar mensal das famílias, o que proporciona maiores taxas de escolarização dos jovens e maiores oportunidades no mercado de trabalho.

De acordo com o PDAD 2012, a RA de Brasília é a que mais gera empregos no DF, totalizando um número de 476.601, ou seja, 44,2% dos empregos gerados. Já a RA do Lago Norte gera apenas 7.224 empregos, o que corresponde a 0,67% dos empregos gerados no DF. A alta concentração de empregos na RA Brasília tem provocado os maiores problemas relacionados atualmente à mobilidade urbana dentro do DF.

Quanto ao nível de escolaridade, pelo fato de tanto Brasília quanto Lago Norte serem regiões com alta renda domiciliar mensal, é natural que se espere que tais regiões possuam uma população com maiores níveis de escolarização. Isto é comprovado pela Pesquisa Distrital de Amostragem por Domicílios 2010 (Figura 29), onde se percebe que 50% em Brasília e 63% da população no Lago Norte possuem ensino superior completo.

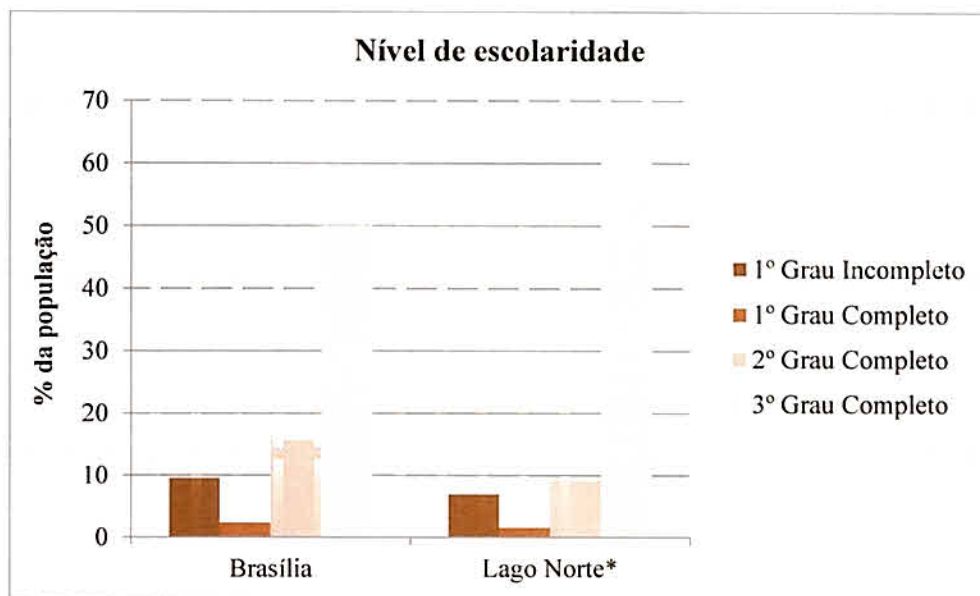


Figura 29 - Nível de escolaridade nas Regiões Administrativas de Brasília e Lago Norte. Fonte: CODEPLAN - Pesquisa Distrital de Amostragem por Domicílios 2011.

Com relação à infraestrutura, foi feita uma análise comparativa do PDAD de 2004 com o PDAD de 2011, para verificar a evolução dos níveis de cobertura de infraestrutura urbana, que se relaciona com a qualidade de vida das populações. Os parâmetros analisados foram: abastecimento de água, esgoto ligado à rede, coleta de lixo e vias asfaltadas.

O abastecimento de água e o esgoto ligado à rede nas duas regiões chegaram de 99% a 100% no período entre as pesquisas PDAD de 2004 e a PDAD de 2011 (Figura 30 e 31). A coleta de lixo em 2004 já era de 100% em Brasília e no Lago Norte chegou de 99% a 100% no período em avaliação (Figura 32). Já as vias asfaltadas aumentaram de 99,2% para 99,5% em Brasília e diminuíram no Lago Norte, de 98,3% para 96,1% (Figura 33). O grande nível de cobertura dos sistemas de saneamento básico e de infraestrutura das regiões administrativas é indicativo da boa condição de qualidade de vida da população residente, assim como do peso político para cobrar dos administradores que os recursos sejam corretamente aplicados, diferentemente das RA's de menor poder aquisitivo, mais susceptíveis ao

processo de parcelamento irregular do solo, que ocasiona déficits na cobertura dos sistemas de infraestrutura.

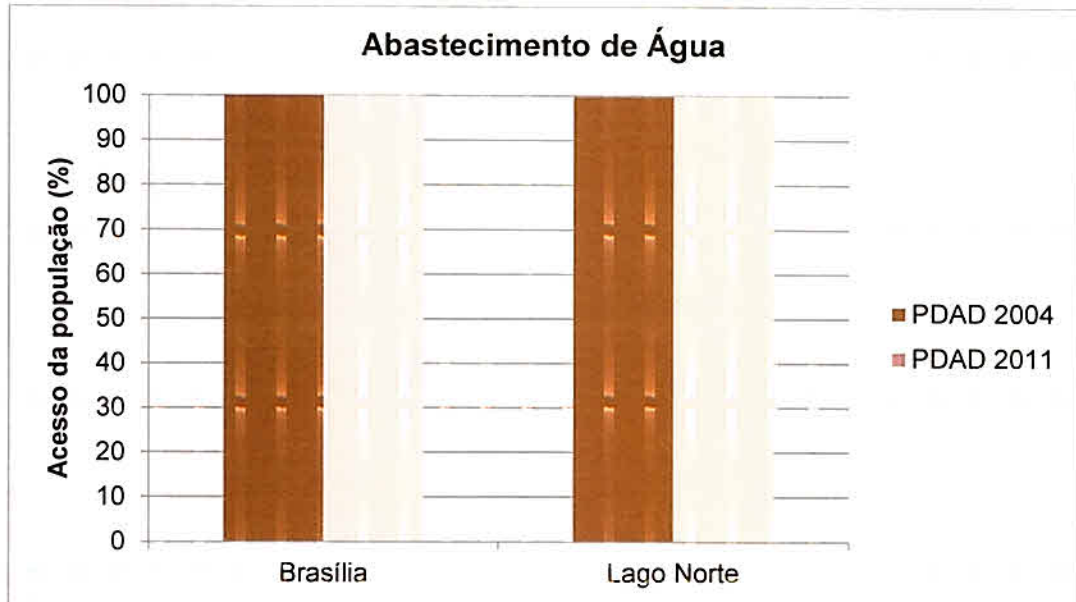


Figura 30 - Acesso ao abastecimento de água das RA's de Brasília e Lago Norte. Fonte: CODEPLAN - Pesquisa Distrital de Amostragem por Domicílios (2004 e 2011).

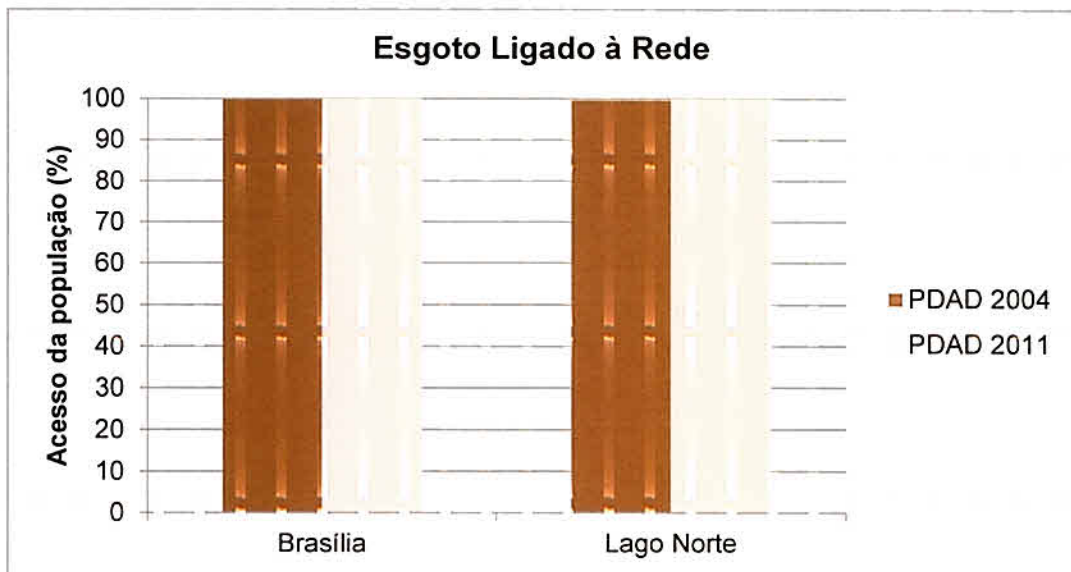


Figura 31 - Acesso à rede de esgotos nas RA's de Brasília e Lago Norte. Fonte: CODEPLAN - Pesquisa Distrital de Amostragem por Domicílios (2004 e 2011).

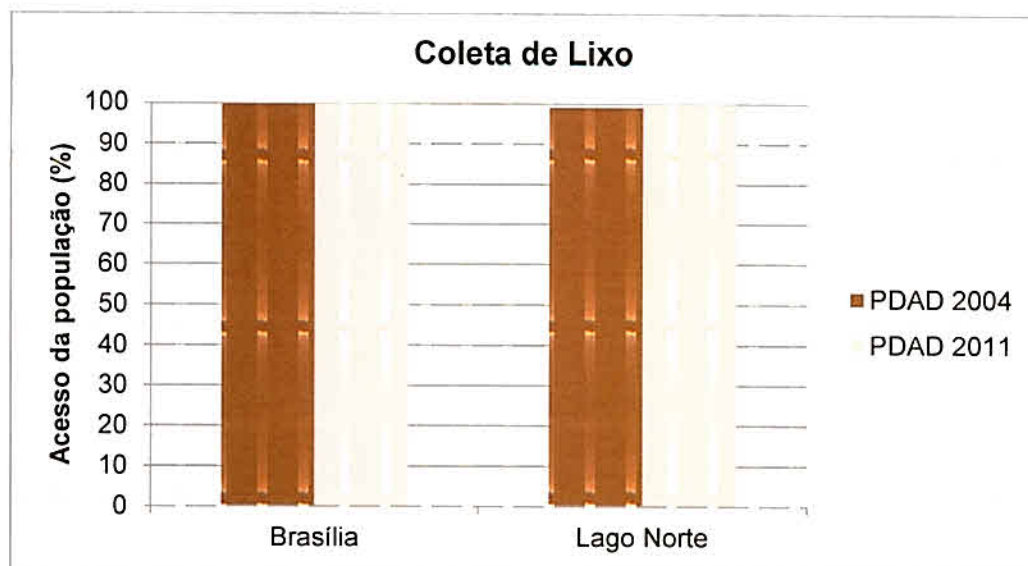


Figura 32 - Acesso à coleta de lixo nas RA's de Brasília e Lago Norte. Fonte: CODEPLAN - Pesquisa Distrital de Amostragem por Domicílios (2004 e 2011).

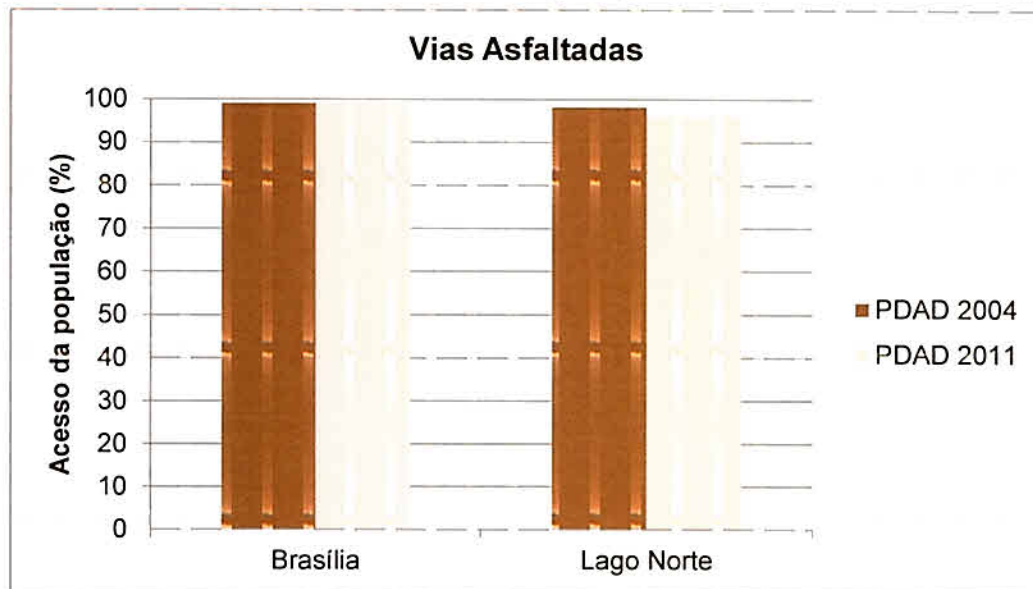


Figura 33 - Acesso a vias asfaltadas nas RA's de Brasília e Lago Norte. Fonte: CODEPLAN - Pesquisa Distrital de Amostragem por Domicílios (2004 e 2011).

Ao avaliarmos o consumo de energia elétrica industrial e comercial no Distrito Federal verifica-se o aumento anual na demanda de energia, com destaque para o consumo de energia comercial, que ressalta a importância do setor de comércio e serviços na composição da matriz econômica do DF.

A dinâmica de consumo de energia elétrica industrial e comercial para o DF, entre os anos de 2006 a 2010, pode ser observada nas Figura 34 e Figura 35.

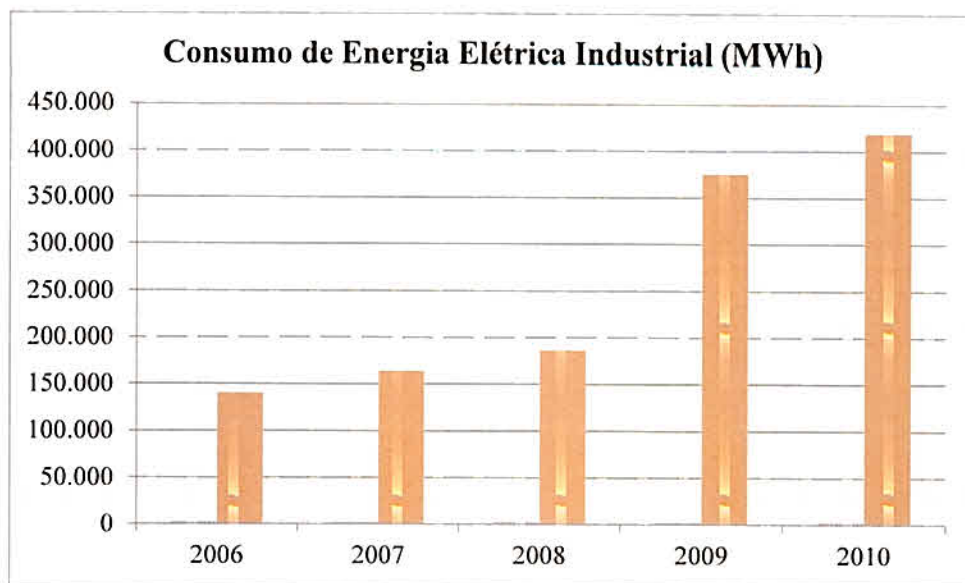


Figura 34 - Consumo industrial de energia elétrica no Distrito Federal. Fonte: Companhia Energética de Brasília.

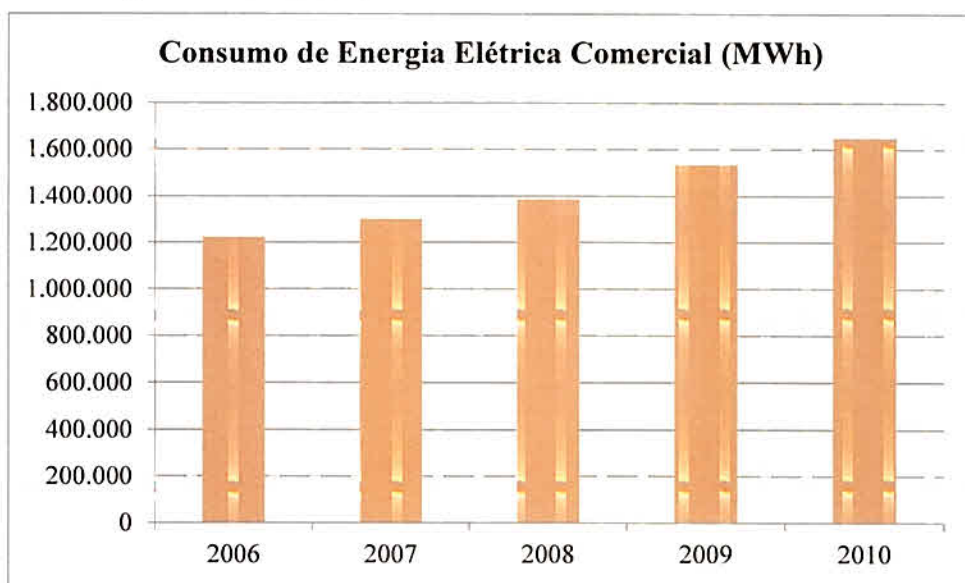


Figura 35 - Consumo comercial de energia elétrica no Distrito Federal. Fonte: Companhia Energética de Brasília.

De acordo com os gráficos gerados a partir das informações da CEB, nota-se que o consumo industrial de energia elétrica quase triplicou em cinco anos, e o consumo comercial aumentou 25%, o que remete ao desenvolvimento do DF e de suas Regiões Administrativas no período.

Da mesma forma, tal avaliação foi feita isoladamente para as duas RA's que possuem influência direta nas ARIE's Cruls e do Bananal, as Figura 36 e Figura 37 apresentam as informações da RA Brasília.

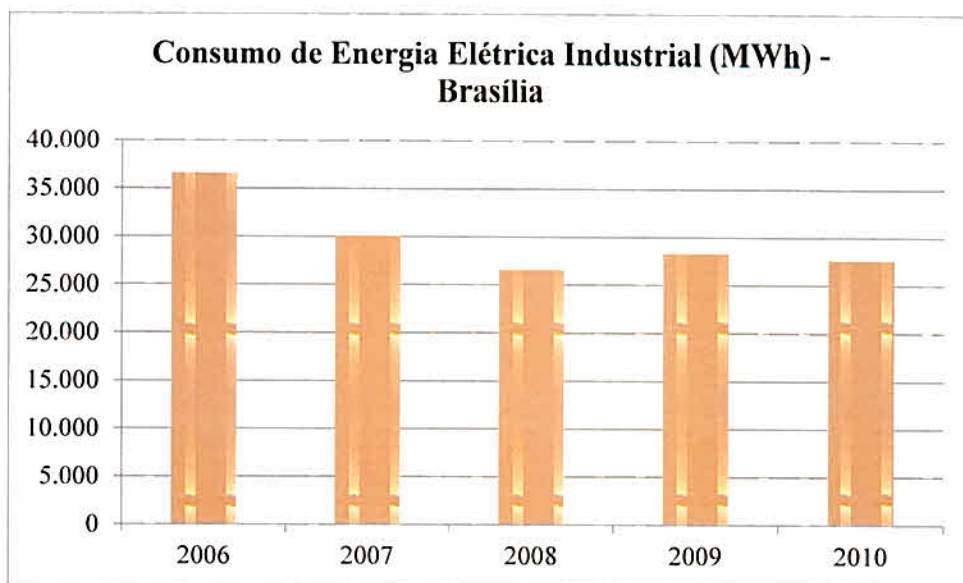


Figura 36 - Consumo industrial de energia elétrica em Brasília. Fonte: Companhia Energética de Brasília.

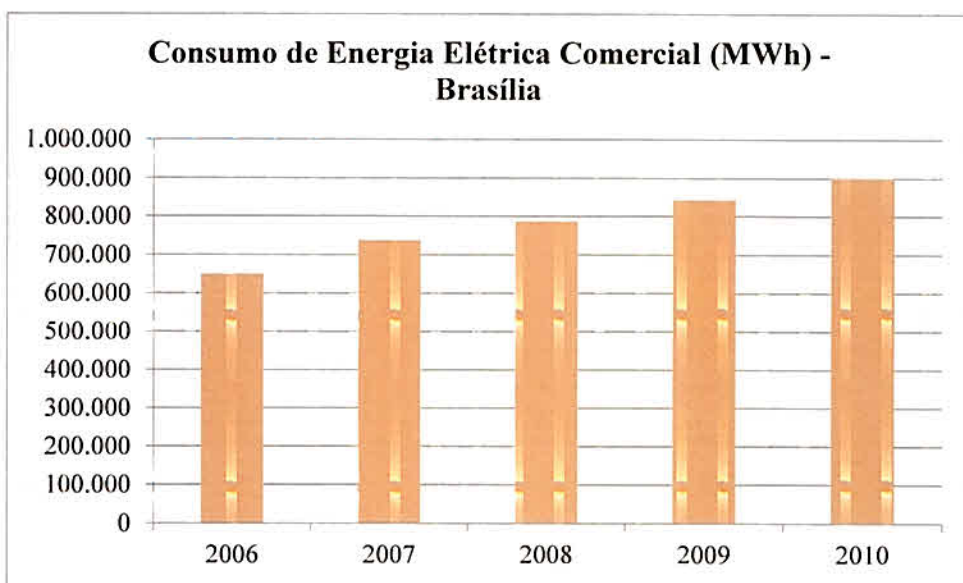


Figura 37 - Consumo comercial de energia elétrica em Brasília. Fonte: Companhia Energética de Brasília.

Nota-se que em Brasília o consumo de energia elétrica industrial caiu enquanto o comercial aumentou, o que pode refletir uma evasão de indústrias do centro de Brasília e sua migração para localidades situadas no entorno ou mesmo em outras regiões administrativas, ao contrário do que acontece com o setor comercial, que apresentou crescimento ao longo dos anos, reforçando o peso das atividades comerciais e da prestação de serviços dentro do Plano Piloto.

As Figuras 38 e 39 apresentam a dinâmica de consumo de energia industrial e comercial no Lago Norte respectivamente.

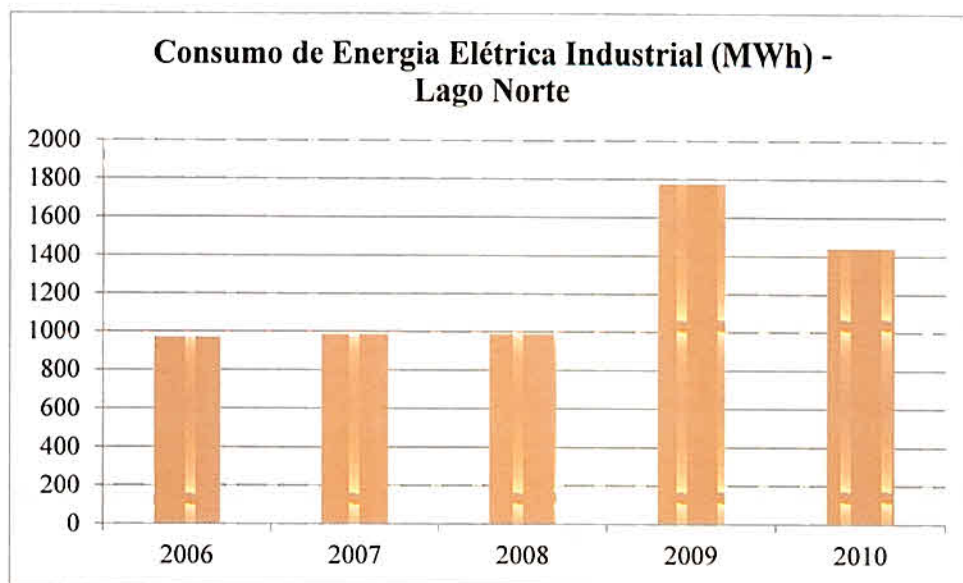


Figura 38 - Consumo industrial de energia elétrica no Lago Norte. Fonte: Companhia Energética de Brasília.

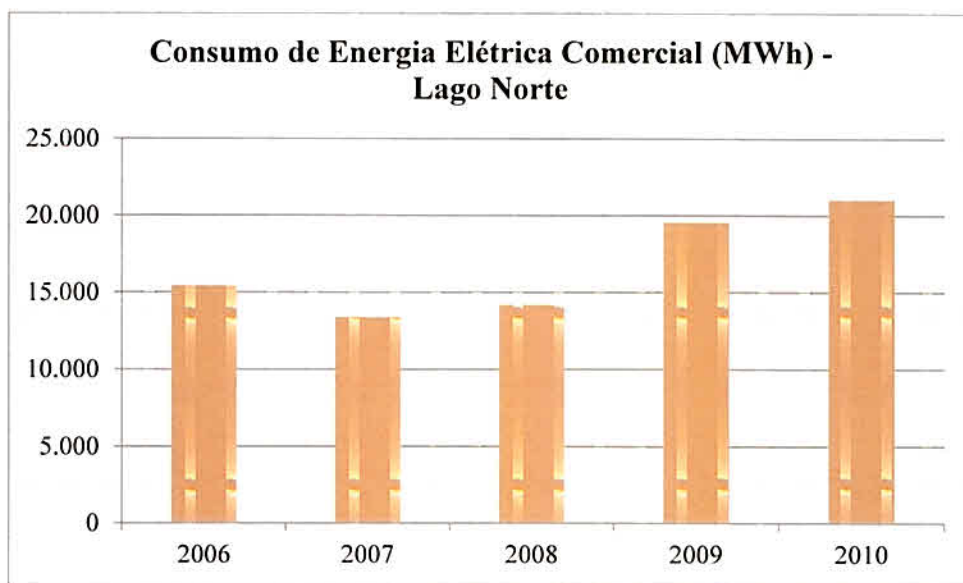


Figura 39 - Consumo comercial de energia elétrica no Lago Norte. Fonte: Companhia Energética de Brasília.

No Lago Norte, o consumo industrial de energia se manteve constante até o ano de 2008, quando em 2009, seu consumo quase duplicou e em 2010 caiu um pouco, mas continuou mais alto do que nos anos anteriores. Quanto ao consumo comercial, este vem crescendo desde 2008, devido às altas demandas da população com relação ao comércio local.

6 ASPECTOS LEGAIS

6.1 Legislação Federal

6.1.1 Constituição Federal

A fundamentação constitucional relativa a necessidade de criação de espaços legalmente protegidos está expressa no artigo 225, inciso III do parágrafo 1º, que incumbe ao Poder Público o dever de “definir, em todas as unidades de Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção”. É necessário, portanto, a criação e implementação das Unidades de Conservação em todo o território nacional.

6.1.2 Lei 9.985, de 18/07/2000 – Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)

No ano 2000, foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, que dispõe sobre critérios e normas para criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. De acordo com este diploma legal, as Unidades de Conservação são descritas por “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

O SNUC contém diversos dispositivos que indicam previsão de sua regulamentação em vários aspectos. É, no entanto, no seu art. 58 que contém a disposição expressa do Poder Executivo regulamentá-la. Essa regulamentação, no entanto, somente veio ocorrer de forma genérica em 22 de agosto de 2002, com a edição do Decreto nº 4.340. O referido ato normativo de caráter regulamentar também estabeleceu a regra procedimental para a elaboração e aprovação do plano de manejo (Art. 12 a 16), previu a possibilidade de criação de conselhos gestores consultivos e deliberativos, de acordo com a situação concreta, fixar a sua composição e representação e respectivos mandatos, bem como as suas competências (Art. 17 a 20), tendo-se ainda como essencial a previsão de autorização para exploração de bens e serviços (Art. 25 a 30), além de haver fixado as regras regulamentares no que concerne à compensação ambiental (Art. 31 a 34).

Esta lei determinou dois grandes grupos de Unidades de Conservação, dividindo-as segundo as suas funções e possibilidades de uso: i) Unidades de Proteção Integral (art. 7º, incisos I e II, e §§ 1º e 2º), que não permitem uso direto de seus recursos naturais; ii) Unidades de Uso Sustentável (art. 14), que permitem o uso de seus recursos e é a categoria onde se incluem as Áreas de Relevante Interesse Ecológico.

Uma Área de Relevante Interesse Ecológico, de acordo com o SNUC, é uma área de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-

lo com os objetivos de conservação da natureza. Esta categoria pode ser constituída por terras públicas ou privadas. E, quando houver propriedade privada localizada em ARIE, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização da mesma, desde que sejam respeitados os limites constitucionais (Art. 16, §1º e 2º da Lei 9.985 de 2000).

O conceito legal de plano de manejo encontra-se previsto no art. 2º, inciso XVII, da Lei nº 9.985, de 2000, consiste no “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”. A exigência de elaboração de plano de manejo para as unidades de conservação, inclusive para as ARIE's, encontra fundamento jurídico no art. 27 e seus §§, da citada lei. A lei de regência fixa o prazo de cinco anos para a elaboração do plano de manejo das unidades de conservação a partir da data da sua criação.

A recente modificação introduzida na Lei nº 9.985, de 2000, por força da Lei nº 11.460, de 21/03/2007, o plano de manejo poderá dispor sobre as atividades de liberação planejada e cultivo de organismos geneticamente modificados nas zonas de amortecimento das unidades de conservação. As proibições de quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os objetivos das unidades de conservação e dos seus respectivos planos de manejo encontram-se disciplinadas no art. 28 da citada Lei nº 9.985, de 2000 de regência.

Nos termos dos artigos 12 a 16, do Decreto nº 4.340, de 2002, o plano de manejo é elaborado pelo órgão gestor da UC e será aprovado por ato do dirigente do órgão executor, com força normativa vinculante ao poder público a aos particulares. O plano de manejo, uma vez aprovado, deverá está disponível para consulta do público na sede da unidade de conservação e no centro de documentação do órgão executor. O plano de manejo, ainda que legalmente seja conceituado como documento técnico, constitui-se verdadeira norma que rege não apenas o manejo dos recursos ambientais existentes na unidade de conservação e a implantação das estruturas físicas necessárias à sua gestão, mas as relações jurídicas de uso no seu interior, bem como nas áreas que a circundam.

6.1.3 Lei 12.651, de 25 de maio de 2012 – Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e revoga o antigo Código Florestal Brasileiro (Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965)

O art. 1º da Lei 4.771 estabelece que as florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

A referida lei define que a área de preservação permanente como uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Este diploma legal considera de preservação permanente as florestas e derr formas de vegetação natural situadas nas seguintes condições:

- ✓ Na faixa marginal situada ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde a borda da calha do leito regular em diferentes larguras mínimas;
- ✓ Nas áreas situadas no entorno dos lagos e lagoas naturais ou ainda de reservatórios artificiais;
- ✓ Nas áreas situadas no entorno de nascentes e dos chamados "olhos d'água" perenes, qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;
- ✓ Nas encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive;
- ✓ Nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;
- ✓ Nos manguezais, em toda a sua extensão;
- ✓ Nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;
- ✓ No topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25°;
- ✓ Em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação;
- ✓ Na faixa marginal das veredas, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado.

Na área proposta para a implantação da Arie do Ribeirão Bananal deve-se observar a existência de área de preservação permanente situada numa faixa de trinta metros ao longo do córrego Bananal e seus tributários.

6.1.4 Decreto 89.336, de 31 de janeiro de 1984 – Dispõe sobre as Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico, e dá outras providências.

O art 2º do Decreto 89.336 define as Áreas de Relevante Interesse Ecológico como sendo as áreas que possuam características naturais extraordinárias ou abrigem exemplares raros da biota regional, exigindo, portanto, cuidados especiais de proteção por parte do Poder Público, que poderá adquirir no todo ou em parte estas áreas com o intuito de assegurar uma proteção mais efetiva das mesmas (art. 8º).

A proteção das Reservas Ecológicas e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico tem por finalidade manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos da conservação ambiental, cabendo ao CONAMA estabelecer normas e critérios referentes ao uso racional dos recursos ambientais existentes.

O referido decreto especifica ainda que em caso das Áreas de Relevante Interesse Ecológico estiverem situadas dentro de Áreas de Proteção Ambiental, as mesmas devem integrar a Zona de Vida Silvestre das APA, no intuito de melhor salvaguardar a biota nativa.

6.2 Legislação Distrital

6.2.1 Lei Complementar nº 803/2009, Aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT).

O PDOT tem por objetivo realizar o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e rural e o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado do território do Distrito Federal, de forma a assegurar o bem-estar de seus habitantes.

O PDOT apresenta as estratégias de ordenamento territorial baseadas nos seguintes aspectos de: i) rede estrutural de transporte coletivo, ii) consolidação de novas centralidades, iii) revalorização dos conjuntos urbanos que compõem o patrimônio cultural do Distrito Federal, iv) construção do sistema de espaços livres que articulam as unidades de conservação, v) processo de regularização e vi) articulação das novas áreas residenciais com os núcleos urbanos consolidados.

De acordo com o macrozoneamento do PDOT, a ARIE Cruls encontra-se em Zona Urbana do Conjunto Tombado e a ARIE do Bananal encontra-se, em sua porção inferior, localizada em Zona Urbana do Conjunto Tombado e sua porção superior em Zona Urbana de Uso Controlado I.

Segundo o Art. 66 do PDOT, a Zona Urbana do Conjunto Tombado é composta por áreas predominantemente habitacionais de média densidade demográfica, correspondendo à área do conjunto urbano construído em decorrência do Plano Piloto de Brasília e às demais áreas incorporadas em função de complementações ao núcleo original.

Esta zona compreende o lago Paranoá e a poligonal da área tombada em âmbito federal e distrital, delimitada a leste pela orla do lago Paranoá, incluído seu espelho d'água, a oeste pela Estrada Parque de Indústria e Abastecimento – EPIA, ao sul pelo curso d'água Riacho Fundo e ao norte pelo córrego Bananal, e integrada pelo Plano Piloto de Brasília, Vila Planalto, Cruzeiro, Octogonal, Sudoeste e Candangolândia (§1º do Art.66 da Lei Complementar nº 803/2009).

Nesta zona, o uso e a ocupação do solo devem respeitar as normas que tratam das definições, critérios e restrições estabelecidos para preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, tombado como Patrimônio Histórico Nacional e reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO (§2º do Art.66 da Lei Complementar nº 803/2009).

As diretrizes para a Zona Urbana do conjunto Tombado são: i) zelar pelo Conjunto Urbanístico de Brasília, tombado em âmbito federal e distrital; ii) harmonizar as demandas do desenvolvimento econômico e social e as necessidades da população com a preservação da concepção urbana de Brasília; iii) consolidar a vocação de cultura, lazer, esporte e turismo do lago Paranoá, mediante criação e promoção de espaços adequados para o cumprimento de suas funções; iv) promover e consolidar a ocupação urbana, respeitando-se as restrições ambientais, de saneamento e de preservação da área tombada; v) preservar as características essenciais das quatro escalas urbanísticas em que se traduz a concepção urbana do conjunto tombado, a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica; vi) manter o conjunto urbanístico da área tombada como elemento de identificação na paisagem, assegurando-se a permeabilidade visual com seu entorno.

A Zona Urbana de Uso Controlado I, onde se insere parte da ARIE do Bananal, é uma zona composta por áreas predominantemente habitacionais de muito baixa densidade demográfica, com enclaves de baixa, média e alta densidades, inseridas em sua maior parte, nas Áreas de Proteção Ambiental do Lago Paranoá e do Gama-e-Cabeça-de-Veado.

Nesta zona, o uso urbano deve ser compatível com as restrições relativas à sensibilidade ambiental da área e à proximidade com o Conjunto Urbano Tombado, observando as diretrizes: i) manter o uso predominantemente habitacional de baixa densidade demográfica, com comércio, prestação de serviços, atividades institucionais e equipamentos públicos e comunitários inerentes à ocupação; ii) respeitar o plano de manejo ou zoneamento referente às unidades de conservação englobadas por essa zona e demais legislação pertinente; iii) proteger os recursos hídricos com a manutenção e a recuperação da vegetação das áreas de preservação permanente; iv) adotar medidas de controle ambiental voltadas para áreas limítrofes às Unidades de Conservação de Proteção Integral e às Áreas de Relevante Interesse Ecológico inseridas nessa zona, visando à manutenção de sua integridade ecológica; v) preservar e valorizar os atributos urbanísticos e paisagísticos que caracterizam essa área como envoltório da paisagem do Conjunto Urbano Tombado, em limite compatível com a visibilidade e a ambiência do bem protegido.

O macrozoneamento previsto pelo PDOT na área de influência das Unidades de Conservação em questão pode ser observado na Figura 40.

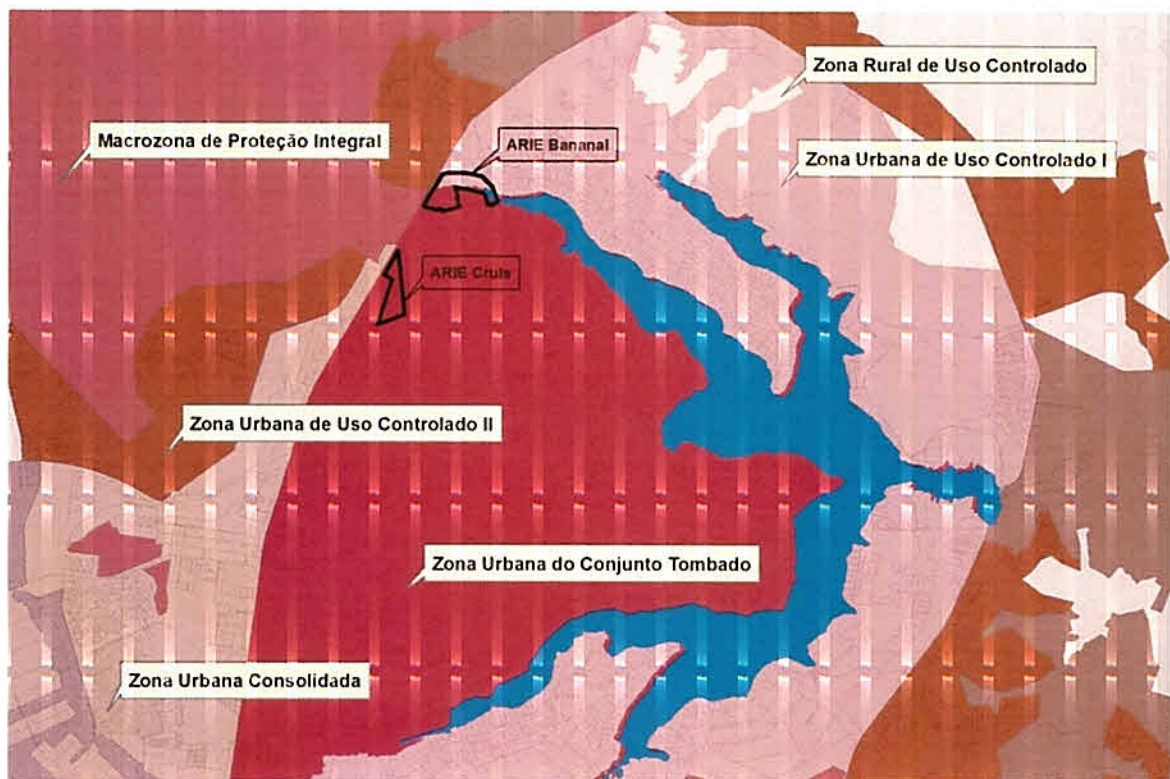


Figura 40 - Macrozoneamento proposto pela Lei Complementar nº 803/2009.

É necessário ressaltar que o PDOT declara expressamente o Plano de Manejo das Unidades de Conservação e seu zoneamento como parte do seu planejamento, tratando-o como norma especial de ordenamento territorial (art 15 e 62). Sendo assim, mesmo o PDOT definindo todo o território como Zona Urbana, o Plano de

Manejo tem a prerrogativa legal de estabelecer restrições quanto à ocupação, de forma a fomentar a conservação dos recursos naturais, o que se aplica às ARIE's Cruls e do Bananal.

6.2.2 Decreto nº 29.651/2008 - Aprova a poligonal da Área de Relevante Interesse Ecológico -ARIE Cruls, no Setor de Habitações Coletivas Noroeste, na Região Administrativa Plano Piloto -RA I.

Este diploma legal especifica uma área de aproximadamente 55 hectares para a implantação da Área de Relevante Interesse Ecológico Cruls. Esta ARIE se localiza na zona de transição da Reserva da Biosfera do Cerrado – Fase I, integra a zona de amortecimento do Parque Nacional de Brasília e compõe um corredor ecológico entre o Parque Nacional de Brasília e o Lago Paranoá.

6.2.3 Lei nº 1.834/1998 - Dispõe sobre a criação de núcleos rurais do Lago Norte

Neste caso específico merece destaque a situação do Núcleo Rural do Bananal criado pela Lei Distrital nº 1834/1998, que está inserido no limite proposto para a ARIE Bananal e sofre influência da ocupação urbana tendo em vista sua proximidade.

Este núcleo rural encontra-se na área proposta para a implantação da ARIE Bananal, as margens da rodovia DF 007 (Estrada Parque do Torto), e ao longo dos anos deixou de apresentar uma tipologia de ocupação rural para apresentar uma configuração de ocupação de lotes residenciais unifamiliares, passando a integrar a Zona Urbana de Uso Controlado I pelo PDOT (Lei Complementar nº XXX de 2009), assim como as demais áreas situadas na Região Administrativa do Lago Norte.

Por sua vez, o Decreto Distrital nº 19.593, de 11 de setembro de 1998, faz a regulamentação da Lei 1.834, de 14 de janeiro de 1998.

Cabe destacar que a Lei Distrital 1.834 de 1998, que dispõe sobre a criação de núcleos rurais do Lago Norte (RA XVIII), dentre eles o Núcleo Rural do Babanal, sofreu em 2005 uma ação direta de inconstitucionalidade por parte do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (nº 2005.002.000.415-6), tendo em vista que o dispositivo de autoria da Câmara Legislativa, por tratar da administração de bem público do Distrito Federal e portanto seu uso e destinação, só poderia ter sido viabilizado por projeto de lei originário do Poder Executivo, ocasionando assim um vício de iniciativa.

6.2.4 Lei nº 4.566/2011 - Dispõe sobre o Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal -PDTU/ DF e dá outras providências.

O PDTU/DF tem por objetivo definir as diretrizes e as políticas estratégicas para a gestão dos transportes urbanos no âmbito do Distrito Federal e do Entorno. Este plano prevê um conjunto de ações que devem ser seguidas no sentido de reverter a possibilidade de um quadro caótico nos sistemas de transportes do DF no futuro, dentre elas a criação de corredores exclusivos para ônibus nos principais eixos de circulação no DF, a ampliação e modernização do metrô, a finalização do Veículo Leve sobre Pneu (VLP), a implantação do sistema de bilhetagem eletrônica e a integração entre os diferentes modais de transportes. Ou seja, em termos de estratégia pública para os problemas de mobilidade urbana relacionados à

concentração de atividades profissionais no Plano Piloto a solução é pensada, basicamente, sobre os sistemas de transporte públicos e a diversificação de modais destes transportes. Soluções de redução de percursos com a transferência de locais de trabalho e tecnologias de comunicação que reduziriam deslocamentos não são propostas atualmente para a esfera de funções do governo federal.

A finalidade do plano é a de atender às exigências de deslocamento da população geral usuária do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF garantindo condições adequadas de mobilidade para os usuários nas zonas rural e urbana. São objetivos específicos do PDTU:

I – melhoria da qualidade de vida da população, mediante a disponibilização de serviço de transporte público regular, confiável e seguro, que permita a mobilidade sustentável e acessibilidade para realização das atividades que a vida moderna impõe;

II – eficiência na prestação dos serviços, mediante rede de transporte integrada em regime de racionalidade operacional, priorizando-se os meios coletivos;

III – qualidade ambiental efetivada pelo controle dos níveis de poluição atmosférica e sonora e pela proteção do patrimônio histórico e arquitetônico, bem como das diversas áreas residenciais e de vivência coletiva, contra o trânsito indevido de veículos;

IV – redução dos custos nos deslocamentos no transporte público coletivo. (Artigo 2º Lei nº 4.566 de 04 de maio de 2011).

O PDTU visa à adoção de medidas articuladas para a promoção dos transportes públicos, regulando a circulação do automóvel, planejamento do território e gestão ambiental; à implantação do sistema integrado de transporte público de passageiros do Distrito Federal e Entorno e a adaptação de infraestrutura de transporte voltada a atender às necessidades de melhoria da acessibilidade, da informação ao público e da mobilidade dos usuários; e à implantação de novas tecnologias de gestão, operação e controle de transporte coletivo; à implantação de medidas para ampliar o uso da bicicleta e os deslocamentos de pedestres nas viagens diárias, assegurando-se conforto e segurança para os ciclistas e para os pedestres; à regulação da oferta de vagas de estacionamento aonde forem necessárias, como forma de reduzir a circulação de veículos de transporte individual ou privado, para a viabilidade de padrões sustentáveis de mobilidade.

As diretrizes do PDTU/DF envolvem: a articulação com as políticas públicas do Governo do Distrito Federal, sobretudo com as políticas de desenvolvimento urbano; adoção de medidas articuladas para a promoção dos transportes públicos, regulação da circulação do automóvel, planejamento do território, gestão ambiental e outras políticas públicas afins, garantindo-se a priorização da circulação dos veículos do STPC/DF e o modo de transporte não motorizado sobre o transporte individual motorizado; gestão integrada dos sistemas viários, de transportes e de trânsito; implantação do sistema integrado de transporte público de passageiros do Distrito Federal e Entorno; implantação, recuperação e adaptação de infraestrutura de transporte voltada a atender às necessidades de melhoria da acessibilidade, da informação ao público e da mobilidade dos usuários; priorização do uso de tecnologia rodoviária e ferroviária sustentável, visando à ampliação da capacidade dos modais de transportes existentes; fomento ao desenvolvimento e à implantação de novas tecnologias de gestão, operação e controle de transporte coletivo; intervenções viárias que proporcionem maior fluidez e segurança à circulação de

veículos, pedestres e ciclistas; implantação de medidas para ampliar o uso da bicicleta e os deslocamentos de pedestres nas viagens diárias, assegurando-se conforto e segurança para os ciclistas e para os pedestres; tratamento especial na inserção de polos geradores de viagens, por meio de instituição de instrumentos legais que promovam a adequada acessibilidade aos empreendimentos, garantindo-se a mobilidade de todos os usuários, bem como o desempenho operacional seguro e eficaz dos sistemas viário e de transportes e regulação da oferta de vagas de estacionamento onde for necessária, como forma de reduzir a circulação de veículos de transporte individual ou privado, para a viabilidade de padrões sustentáveis de mobilidade.

Dentre os objetivos gerais que visam a melhoria do transporte urbano e rural e da mobilidade no Distrito Federal e no Entorno, podemos citar: reduzir a participação relativa dos modos motorizados individuais; redefinir o modelo de circulação de veículos, em especial nas áreas de maior fluxo; desenvolver e estimular os meios não motorizados de transporte; reconhecer a importância dos deslocamentos de pedestres e ciclistas, com proposições adequadas às características da área de estudo, proporcionar mobilidade às pessoas com deficiência ou restrição de mobilidade; priorizar, sob o aspecto viário, a utilização do modo coletivo de transportes e a integração de seus diferentes modais; contribuir para preservar Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade; aprimorar a gestão dos serviços do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF e apresentar soluções eficientes, integradas e compartilhadas de transporte público coletivo no Entorno.

Especificamente na área circunvizinha as ARIE Cruls e do ribeirão Bananal estão previstas diferentes intervenções físicas na rodovia DF 001 (EPIA) que dá acesso a ambas as unidades de conservação, dentre as quais se pode destacar: a construção de vias marginais, adequações de interseções e a implantação de obras de arte especiais.

6.2.5 Decreto nº 32.379, de 26 de outubro de 2010 - Dispõe sobre a aprovação das poligonais onde as glebas com características rurais podem ser objeto de contrato específico para atividade rural em área urbana.

O decreto em referência aprova as poligonais dos núcleos rurais situados em áreas urbanas, que constituíram no passado as áreas rurais remanescentes, sendo que a poligonal do Núcleo Rural do Bananal, inserida na área proposta para a criação da ARIE do Ribeirão Bananal, encontra-se devidamente representada.

Neste sentido a área do Núcleo Rural do Bananal deverá ser objeto de formulação de um contrato específico para manter sua configuração de uso rural dentro da área urbana definida pelo PDOT.

7 PLANOS, PROJETOS E PROGRAMAS

7.1 Planos, Programas e Políticas Públicas Federais

7.1.1 Plano Brasil Sem Miséria

O Brasil tem hoje como sua principal política o Plano Brasil Sem Miséria. O objetivo principal é elevar a renda e melhorar a condição de bem-estar da população, por

meio da inclusão de famílias extremamente pobres nos mais diversos programas de acordo com as suas necessidades.

O público-alvo é o de brasileiros cuja renda mensal familiar é de até R\$ 70,00 por pessoa. O Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta 16,2 milhões de brasileiros nesta situação.

O Plano envolve transferência de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica.

As ações do Plano incluem os seguintes pontos: Documentação; Energia elétrica; Combate ao trabalho infantil; Segurança Alimentar e Nutricional: Cozinhas comunitárias e bancos de alimentos; Apoio à população em situação de rua, para que saiam desta condição; Educação infantil; Saúde da Família; Rede Cegonha; Distribuição de medicamentos para hipertensos e diabéticos; Tratamento dentário; Exames de vista e óculos; Assistência social, por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

O Plano Brasil sem Miséria poderá beneficiar as famílias dos catadores de entulho que atualmente ocupam irregularmente áreas de Cerrado nas proximidades e no interior da ARIE Cruls.

7.1.2 Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) foi instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04 com a finalidade de rompimento dos ciclos de pobreza e extrema pobreza, por meio da transferência direta de renda com condicionalidades e programas complementares.

O Programa integra o Fome Zero que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.

O PBF atende mais de 13 milhões de famílias em todo território nacional. O valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 32,00 a R\$ 306,00 dependendo do número de filhos e condição de renda familiar per capita.

Este programa poderá beneficiar as famílias dos catadores de entulho que atualmente ocupam irregularmente áreas de Cerrado nas proximidades da ARIE Cruls.

Este plano poderá beneficiar as famílias dos catadores de entulho que atualmente ocupam irregularmente áreas de Cerrado nas proximidades e no interior da ARIE Cruls.

7.1.3 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

O Pronaf é um programa federal de incentivo e financiamento de projetos individuais ou coletivos à agricultura familiar e de assentamentos da reforma agrária. Executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o objetivo é oferecer aos produtores empréstimos com baixas taxas de juros, gerar renda e ampliar a capacidade produtiva do país como um todo.

Os empreendimentos são relacionados à atividade agroindustrial, maquinário, infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. Para obter o empréstimo o produtor e sua família devem procurar o sindicato rural ou a EMATER para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Este programa poderá beneficiar as famílias residentes no Núcleo Rural do Bananal a desenvolverem atividades produtivas capazes de gerar emprego e renda nesta localidade.

7.2 Planos, Programas e Políticas Públicas Distritais

7.2.1 Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico (PPCUB)

A SEDHAB desenvolve um conjunto de ações com objetivo de formular e consolidar o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), que representa o instrumento central da política de preservação, de planejamento e de gestão do Conjunto Urbanístico de Brasília, compreendido pelas Regiões Administrativas do Plano Piloto, do Cruzeiro, da Candangolândia e do Sudoeste/Áreas Octogonais.

As etapas de elaboração do PPCUB são: 1) caracterização da área de estudo; 2) diagnóstico; 3) prognóstico; e 4) elaboração do anteprojeto de lei do Plano para apreciação pela Câmara Legislativa. Atualmente o PPCUB está na fase do prognóstico que é composta por duas fases: plenárias e audiência pública, que é a etapa de elaboração de propostas e diretrizes para a preservação e uso das áreas do conjunto tombado.

De acordo com as informações disponibilizadas pela SEDHAB, nas questões principais do projeto de lei do PPCUB destacam-se:

- ✓ A manutenção das características fundamentais das superquadras — (i) gabarito uniforme das edificações — pilotis e solo livres, seis pavimentos e cobertura de uso coletivo; (ii) cinturão verde de emolduramento; (iii) predominância de áreas livres arborizadas; (iv) entrada única; (v) equipamentos de uso comunitário internamente às superquadras e nas áreas de vizinhança.
- ✓ A manutenção dos valores, características morfológicas e tipologias arquitetônicas das áreas do Eixo Monumental e a definição de diretrizes para o desenvolvimento de projetos de qualificação de espaços públicos e de complementação da proposta do plano urbanístico de Lucio Costa para as áreas dos Ministérios.
- ✓ A manutenção dos valores e características morfológicas das áreas e setores do centro urbano localizado no cruzamento dos Eixos Monumental e Rodoviário — escala gregária — e a ampliação do leque de atividades de comércio e de prestação de serviços diversos.
- ✓ O resguardo dos valores e características fundamentais da escala bucólica, predominante na orla do Lago Paranoá — (i) horizontalidade da paisagem; (ii) predominância dos espaços livres verdes; (iii) visibilidade da linha do horizonte; e (iv) predominância de usos e atividades de recreação, lazer, cultura, esporte e turismo;

- ✓ Nos Setores de Clubes Esportivos Sul e Norte e no Setor de Hotéis de Turismo, da orla do Lago Paranoá, a ampliação do leque de atividades de comércio e de prestação de serviços ligados à recreação, lazer, cultura, esporte e turismo, para promover o desenvolvimento sustentável dessas áreas, considerando as demandas atuais da dinâmica urbana.
- ✓ Nos Setores de Grandes Áreas Sul e Norte do Plano Piloto — quadras 600 e 900 — a ampliação do leque de atividades institucionais, de comércio e de prestação de serviços e, particularmente nas quadras 900, a inclusão do uso misto de habitação com comércio, prestação de serviços e atividades institucionais, sendo vedado o uso habitacional exclusivo.
- ✓ Na Avenida W3 Sul e Norte — quadras 500 — o resguardo do gabarito e a ampliação do leque de atividades de comércio, de prestação de serviços e atividades institucionais.
- ✓ Nos setores SHIGS — quadras 700 sul — a manutenção do uso residencial exclusivo e a regulamentação para o cercamento frontal das edificações geminadas do SHIGS — quadras 700 sul e do SHCGN — quadras 700 norte.
- ✓ Nos comércios locais sul do Plano Piloto, a regulamentação da ocupação de área pública contígua às lojas, incorporando-se as disposições constantes da Lei Complementar 766/2008.
- ✓ No Cruzeiro — SRES, a regulamentação para o cercamento frontal e lateral das edificações geminadas.

As diretrizes previstas no PPCUB poderão subsidiar o processo de ocupação da ARIE Cruls, uma vez que está prevista a construção de edificações dentro da unidade, como o Memorial Cruls e o reassentamento das comunidades indígenas do Santuário dos Pajés.

7.2.2 Parque Tecnológico Capital Digital

O PTCD começou a ser formulado em 1999 pelo então Clube dos Jovens Empresários de Brasília com objetivo de criar um núcleo que reunisse diferentes empresas voltadas ao desenvolvimento da área de tecnologia da informação.

No ano 2000 o projeto ganhou adesão de órgãos públicos e em 2001 a Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra) elaborou documento com o alinhamento estratégico da indústria da informação. Em 30 de dezembro de 2002, a lei complementar nº 679 criou a área para instalação do Parque localizada entre a DF-003, o Parque Nacional e a Granja do Torto, em zona urbana de uso controlado, com área de 121,5409 hectares. Em 2009 a área foi registrada em cartório e em 2010 foi feito o anúncio da primeira obra do projeto, o Complexo Datacenter do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Em 2011, o decreto nº 32.730 de 27 de janeiro regulamenta a execução do projeto do Parque.

O PTCD tem como missão se tornar um ambiente de inovação para produção de soluções tecnológicas de excelência e competitivas. De acordo com a SECT, os objetivos são:

- ✓ Tornar a indústria da tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Distrito Federal uma das mais evoluídas e competitivas do mundo;

- ✓ Promover e desenvolver a economia do Distrito Federal e região por meio da Tecnologia da Informação e Comunicação;
- ✓ Atrair investimento para o Parque Tecnológico Capital Digital – PTCD;
- ✓ Transformar o Parque tecnológico Capital Digital – PTCD em agente indutor de Políticas de TIC e de inovação para o país;
- ✓ Estimular a integração entre o setor produtivo, academia e governo.

Com a implantação do Parque Tecnológico Capital Digital espera-se que ocorra uma intensificação no fluxo de pessoas e veículos circulando nas proximidades da ARIE Cruls e do Ribeirão Bananal, tendo em vista a grande proximidade entre este empreendimento e as unidades de conservação.

7.2.3 Plano de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - PGIRH

O PGIRH foi elaborado em 2005 com a finalidade de planejar de forma embasada e adequada as ações relativas aos recursos hídricos disponíveis no DF. O plano foi fundamentado na lei federal nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997 que institui o Plano Nacional de Recursos Hídricos e pela lei distrital nº 2.725 de 13 de junho de 2001 que institui a Política de Recursos Hídricos e cria o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal.

O principal objetivo do PGIRH é oferecer os elementos necessários para a gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos no Distrito Federal, articulando os diversos usos e usuários da água em função das disponibilidades e demandas hídricas. Além disto, o plano procura estabelecer ações eficazes para o uso de forma ambientalmente sustentável. O território de abrangência do PGIRH está localizado em rede hidrográfica com nascentes de três importantes bacias hidrográficas: São Francisco, Paraná e Araguaia.

O PGIRH visa à integração, à articulação e à harmonização: dos diferentes usos setoriais da água do DF e da região do Entorno; dos planos de intervenção nas bacias hidrográficas dos rios Preto, São Bartolomeu, Descoberto e Maranhão, cujas nascentes se localizam na área do Distrito Federal; da gestão de recursos hídricos e a gestão ambiental, buscando compatibilizar o uso antrópico às demandas do ecossistema; do planejamento de recursos hídricos com planos de desenvolvimento regional e nacional, inserindo-se no planejamento global do desenvolvimento; da gestão dos recursos hídricos com a do uso do solo, complementando o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal.

Na etapa de prognóstico do PGIRH, em um cenário com grande desenvolvimento e pouca gestão dos recursos hídricos, está previsto a escassez de água no ribeirão Bananal dentro de um período de 30 anos, situação que deve ser considerada na formulação das propostas de gestão para a ARIE do Ribeirão Bananal, no sentido de aprimorar a gestão dos recursos hídricos.

7.2.4 Plano Diretor de Drenagem Urbana - PDDU

Os serviços de manejo de águas pluviais urbanas no Distrito Federal estão sob responsabilidade da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP). Em geral, os sistemas de drenagem urbana são classificados na fonte

como: microdrenagem e macrodrenagem. Em relação à macrodrenagem, o Plano Diretor de Drenagem Urbana - PDDU considerou toda rede ou galeria que possui diâmetro igual ou superior a 1000 mm ou seção equivalente. A macrodrenagem envolve os sistemas coletores de diferentes sistemas de microdrenagem e inclui, ainda, dispositivos de redução de velocidade, amortecimento de vazão e redução de carreamento de partículas sólidas.

Em termos históricos, o crescimento urbano das regiões administrativas no Distrito Federal e os sistemas de drenagem implantados vêm provocando impactos significativos no meio ambiente, podendo-se citar: alterações no regime hidrológico dos rios (aumento das vazões de cheias e redução das vazões de estiagens), alteração da qualidade da água (contaminação de aquíferos), aumento do carreamento de partículas sólidas (proporcionando assoreamento em alguns locais e surgimento de processos erosivos em outros), bem como impactos sobre o ecossistema aquático, dentre outros. Estes impactos se devem principalmente aos projetos de drenagem urbana, que geralmente apresentam como objetivo o escoamento das águas precipitadas de forma mais rápida possível, podendo solucionar o problema parcial ou totalmente, não se importando com as consequências ambientais e não considerando a bacia hidrográfica como um todo.

Praticamente toda a rede de drenagem do Distrito Federal foi projetada e implantada para o escoamento rápido de águas para longe dos centros urbanos. Este tipo de procedimento aumenta a vazão máxima, a frequência e o nível de inundação de jusante, acabando por transferir o problema para as áreas ali localizadas. A forma como estes sistemas de drenagem são projetados e operados podem ser agravados, em algumas situações pela ocupação urbana sem planejamento, sem controle do uso do solo e com ocupações em áreas de risco.

Os objetivos da gestão da drenagem urbana devem tornar compatíveis a urbanização e sua infraestrutura com o escoamento pluvial, de forma a evitar impactos sobre a sociedade e o meio ambiente e proporcionar um ambiente sustentável em longo prazo. Deve-se então respeitar as principais metas do sistema de drenagem urbana, que, em geral, são: eliminar alagamentos em áreas ocupadas, minimizar a poluição do escoamento pluvial, garantir a sustentabilidade ambiental dos corpos receptores à jusante, eliminar processos erosivos, controlar a ocupação de áreas de risco de inundação, dentre outros.

Nas proximidades da ARIE Cruls e do Ribeirão Bananal existe ainda uma galeria que recebe as redes de águas pluviais do Setor de Abastecimento e Armazenamento – SAA, Setor de Oficinas Norte – SOF-Norte e parte do Setor Militar Urbano – SMU, e lança no ribeirão Bananal à jusante da confluência com o córrego Acampamento. Ressalta-se que a ocorrência de área inundadas ao longo do ribeirão bananal demonstra a baixa capacidade desse corpo d'água para absorver novas contribuições pluviais.

De acordo com o EIA/RIMA da implantação do Setor Habitacional Noroeste, estima-se uma vazão de acréscimo desta nova área residencial da ordem de 15 m³/s, o que poderá contribuir ainda mais com os processos de assoreamento deste tributário do Lago Paranoá e de impermeabilização da bacia, com impactos diretos na área sugerida para a implantação da ARIE Bananal.

Diante do exposto, verifica-se que é importante que o sistema de drenagem do Setor Noroeste utilize recursos que minimizem o escoamento superficial e o lançamento

no ribeirão Bananal. Assim, para a drenagem da área residencial, sugerem-se medidas que podem promover a infiltração das águas pluviais no solo.

7.2.5 Plano Diretor de Resíduos Sólidos - PDRS

O Plano Diretor de Resíduos Sólidos prevê o planejamento integrado do gerenciamento de resíduos sólidos e o estabelecimento de programas e metas. As diretrizes do programa são a implantação, de forma progressiva, da segregação de resíduos na origem em todo o âmbito do Distrito Federal, por meio, inclusive, de uma campanha educativa, renovação e ampliação dos meios mecânicos de transporte de resíduos domiciliares, desativação, encerramento e recuperação ambiental do aterro do Jôquei, implantação e operação de um novo aterro sanitário, em Samambaia, próximo à ETE de Melchior de acordo com a legislação em vigor, implantação de um sistema de coleta seletiva em 100% (cem por cento) do Distrito Federal, gestão dos resíduos da construção civil através de uma rede de equipamentos apropriados, visando à reciclagem e o reaproveitamento destes materiais, obedecida à legislação em vigor, coleta e reparação ou desmonte dos resíduos volumosos domésticos e similares, tais como móveis e eletrodomésticos visando o reaproveitamento e a reciclagem de seus componentes, implantação da gestão de resíduos sólidos dos serviços de saúde, conforme legislação vigente, tratamento de lodos de ETE e ETA mediante autorização do órgão gestor dos resíduos sólidos do Distrito Federal, responsabilização do grande gerador de resíduos pelo seu próprio sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos, conforme legislação vigente, adoção de sistema de tratamento e valorização dos resíduos sólidos que atenda à viabilidade econômica e ambiental.

Os objetivos gerais do plano são proteger a saúde pública e a qualidade do meio ambiente, preservar e assegurar a utilização sustentável dos recursos naturais, reduzir a geração de resíduos sólidos e incentivar o consumo sustentável, minimizar os impactos ambientais e sociais causados pela disposição inadequada de resíduos sólidos, valorizando a dignidade humana e erradicando o trabalho infante-juvenil, incentivar a coleta seletiva, a reutilização e a reciclagem, identificar as possibilidades do estabelecimento de soluções consorciadas ou compartilhadas, considerando os critérios de economia de escala e de proximidade entre locais de produção e destino final, bem como garantir a adequada disposição final mediante utilização de técnicas ambientalmente sustentáveis e propiciadoras do aproveitamento da energia gerada, possibilitando a redução de gases de efeito estufa e a geração de créditos de carbono, em consonância com o Protocolo de Kyoto e seus sucedâneos.

Como metas, o programa prevê a melhoria da rede de infraestrutura de coleta, tratamento e destinação final, redução da geração e periculosidade dos resíduos, fomento da reutilização e da reciclagem, prevenção e correção de impactos ambientais, aprimoramento dos mecanismos de recuperação de custos dos serviços, formalização, profissionalização e integração completa do setor informal de manejo de resíduos; e fortalecimento institucional e normativo.

Espera-se que com a implantação do Setor Noroeste os depósitos irregulares de entulho situados ao longo da ARIE Cruls sejam desativados e suas áreas possam ser recuperadas, de modo a proporcionar uma melhoria das condições de saúde pública na área. Na área proposta para a implantação da ARIE Bananal verifica-se que atualmente já existe o serviço de coleta dos resíduos sólidos domésticos no Núcleo Rural do Bananal e na área da Fundação Casa do Cerrado.

7.2.6 Plano de Investimento do Setor Elétrico - CEB

A partir dos estudos realizados pela CEB foi possível identificar os pontos do sistema onde seriam necessárias intervenções, tendo sido estudadas soluções visando garantir a qualidade do atendimento aos consumidores do Distrito Federal, gerando, assim, a programação de intervenções necessárias para o decênio (Plano de Obras). É importante destacar que a construção de novas subestações e a expansão do sistema de subtransmissão tem papel preponderante na melhoria da qualidade do fornecimento ao consumidor.

Para o período de 2009 a 2108, está prevista a construção de 265,4 km de linhas de distribuição de 138 kV e a entrada em operação de 22 novas subestações em 138 kV, além de obras de expansão e reforma de várias instalações existentes. A capacidade transformadora em 138 kV será ampliada em 1.349 MVA e a compensação reativa será acrescida em 408 MVAr no decênio.

Nas proximidades das ARIE Cruls e do Ribeirão Bananal merece ser destacada a implantação da subestação Noroeste que deverá atender o novo setor habitacional, além da ampliação da subestação Brasília Norte que fica nas proximidades do Parque Nacional. Ressalta-se ainda a existência de uma linha de transmissão da CEB de 138 kV, que corta longitudinalmente a ARIE Cruls, de modo que o plano de manejo deverá considerar a necessidade de se manter a faixa de servidão específica para este dispositivo.

7.2.7 Plano Diretor de Água - CAESB

O sistema de abastecimento de água no Distrito Federal conta com cinco sistemas produtores principais: Santa Maria/Torto, Rio Descoberto, Planaltina/Sobradinho, Brazlândia e São Sebastião. O processo de expansão urbana no Distrito Federal tem provocado a expansão das áreas de atendimento dos sistemas de abastecimento de água, inclusive para as novas áreas urbanas que se encontram em processo de regularização.

De acordo com o Plano Diretor de Água-2000, todas as captações da CAESB seriam mantidas, exceto a captação no Ribeirão Mestre D'Armas. Tal proposta foi ratificada pelos estudos de revisão do referido Plano, em 2003, estabelecendo a manutenção de todas suas captações superficiais.

Para o sistema Santa Maria/Torto tem-se a previsão de ampliação, a curto prazo, da vazão disponível para ser captada, com a instalação de uma captação a fio d'água no ribeirão Bananal. O Uso racional das águas dos ribeirões do Torto e do Bananal (com outorga sazonal) pode ampliar a disponibilidade hídrica desses três mananciais nos períodos de estiagens, uma vez que se tem a possibilidade de deixar armazenada a água do Lago Santa Maria por maior período, ampliando sua capacidade de exploração nos meses de estiagens mais críticas.

Ainda em relação às disponibilidades hídricas, ressalta-se a importância de que sejam estabelecidos, com brevidade, os novos valores de outorga de direito de uso de recursos hídrico, de caráter sazonal, para todos os mananciais do Distrito Federal, seguida de implementação efetiva pela CAESB e fiscalização pela ADASA e ANA. Tal instrumento assegurará valores adequados de vazões a serem captadas para fins de abastecimento e para os outros fins necessários, inclusive preservação da vida aquática. Ainda em relação a esse aspecto, é importante destacar que o

estabelecimento da outorga de direito de uso, assim como a gestão integrada das bacias e a atuação de agências reguladoras, possibilita assegurar a priorização do abastecimento público nos períodos de escassez de recurso hídrico.

Os estudos desenvolvidos no âmbito do Plano Diretor de Água-2000 identificaram como novos mananciais de abastecimento do Distrito Federal os rios: Palma, Sal, São Bartolomeu e o Areias (braço do Reservatório da UHE Corumbá IV). À época, foi descartada a hipótese de captação no ribeirão Bananal, devido a restrições ambientais.

Na fase de revisão do referido Plano, a CAESB retirou da pauta a captação nos rios Palmas e do Sal, tendo em vista as dificuldades estratégicas e ambientais para realizar a transposição das bacias, bem como a elevada dependência de energia elétrica.

Em relação ao Sistema São Bartolomeu, houve modificações significativas na fase de conclusão dos estudos de viabilidade, onde a ANA se propôs a negociar junto à CEB o uso do Lago Paranoá como manancial de abastecimento, tendo em vista a disponibilidade hídrica para a demanda prevista e a redução significativa de consumo de energia elétrica em relação à captação no Rio São Bartolomeu. Assim, a CAESB, após obter a outorga prévia para captação de 2.800 L/s no Lago Paranoá, promoveu as alterações necessárias para o desenvolvimento do projeto básico dessa nova proposta.

Desta forma, a revisão do Plano Diretor de Água acabou por definir que os novos sistemas produtores de água seriam então: o Sistema Corumbá Sul, o Sistema Lago Paranoá e o Sistema Bananal, sendo que este último apresenta rebatimento direto com relação a gestão dos recursos hídricos na ARIE do Ribeirão Bananal.

7.2.8 Plano Diretor de Esgotamento Sanitário

A solução para o sistema de esgotamento sanitário para o Distrito Federal, proposta no Plano Diretor de Esgotos-2000, foi definida levando-se em consideração aspectos técnicos, econômicos e ambientais. Nesta proposta está prevista, dentre outras intervenções nas unidades de transporte, a desativação de duas ETEs (ETE Torto e ETE Vila Aeronáutica) e a construção de oito novas ETEs (ETE Entre Lagos, ETE Taboca, ETE Tororó, ETE Sobradinho 2, ETE Contagem 1, ETE Contagem 2, ETE Engenho Velho e ETE Ponte Alta).

A região onde se localiza as ARIE Cruls e do Ribeirão Bananal é atendida pelo sistema de esgotamento sanitário Paranoá Norte. Os efluentes sanitários gerados na bacia de esgotamento sanitário Paranoá norte são encaminhados para as duas ETEs existentes, ETE Brasília Norte e ETE Paranoá, que também serão responsáveis por receber os esgotos gerados pelas expansões e adensamentos dessa bacia. Os efluentes do Setor Habitacional Taquari (primeira etapa), serão enviados à ETEB-Norte, mas futuramente serão conduzidos à futura ETE Sobradinho. A ETE Torto será desativada e os esgotos serão interligados ao sistema de esgotamento sanitário da ETEB-Norte.

A ETE Brasília Norte receberá as áreas atualmente já contribuintes à mesma, bem como suas respectivas expansões e adensamentos, incluindo Brasília Norte, Lago Norte e Vila Varjão. Como futuras áreas de atendimento destacam-se a Vila Estrutural, Vila Weslian Roriz (após desativação da ETE Torto), Setor Noroeste,

Setor de Mansões do Lago Norte e parte do Taquari. No momento a ETEB-Norte está passando por uma ampliação para atendimento à demanda de final de plano.

7.2.9 PROMAQ/DF

O Programa de Monitoramento de Área Queimada dos Parques e Unidades de Conservação do Distrito Federal (PROMAQ-DF), é desenvolvido pelo Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) por meio da Coordenação de Prevenção e Controle de Riscos Ambientais (Copra) e tem como objetivo coletar os dados sobre incêndios florestais ocorridos a cada ano. Seus resultados ajudam na análise de risco de queimadas, tornando-se uma ferramenta de planejamento e controle dos sinistros.

Este programa poderá dar suporte as ações previstas para o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais nas ARIE Cruls e do Ribeirão Bananal

7.2.10 Projeto Rodofauna

O Projeto Rodofauna é conduzido pelo IBRAM por meio da Superintendência de Estudos, Programas, Monitoramento e Educação Ambiental (SUPEM). O objetivo é monitorar o impacto ambiental de atropelamentos sobre a fauna silvestre, identificando pontos críticos de acidentes a fim de direcionar a adoção de medidas preventivas, promovendo ações e estratégias conservacionistas e educativas. Desde fevereiro de 2010 tem sido realizado o monitoramento da fauna silvestre atropelada em alguns locais próximos de unidades de conservação no Distrito Federal, inclusive nas rodovias do entorno das ARIE Cruls e do ribeirão Bananal, especialmente a DF 003 (EPIA).

7.2.11 Escola do Cerrado

Este programa representa uma iniciativa da Secretaria de Educação do Distrito Federal em (re) construir democraticamente os currículos das escolas do DF, se valendo de modo mais efetivo dos debates com os professores da rede de ensino público no DF e considerando os contextos sociais, culturais, a realidade dos estudantes, dos profissionais da educação e a construção de saberes significativos para a transformação da realidade social.

Uma das principais diretrizes do programa é o estabelecimento de programas de educação ambiental, o que pode ser um instrumento positivo para o envolvimento comunitário, sobretudo de jovens e crianças, no que compete à gestão e uso sustentável da ARIE Cruls e do ribeirão Bananal.

Para o desenvolvimento das atividades de educação ambiental nas unidades de conservação em estudo poderá ser utilizada a infraestrutura a ser instalada no Memorial Cruls (ARIE Cruls), bem como aquela existente na Fundação Casa do Cerrado, instituição situada no limite proposto para a implantação da ARIE Bananal.

8 POTENCIAL DE APOIO ÀS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A seguir apresentam-se as organizações governamentais, não governamentais e iniciativa privada que possuem potencial de apoio às ARIE Cruls e do Bananal.

8.1 Governamental

1. Nome: Instituto Brasília Ambiental - IBRAM

Responsável: Nilton Reis Batista Junior (Presidente)

Atuação: Executar as políticas de meio ambiente e de recursos hídricos do Distrito Federal, bem como controlar e fiscalizar o manejo desses recursos a fim de propiciar o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal de forma a garantir à população os benefícios alcançados pelo crescimento econômico, sem colocar em risco a qualidade de vida dos moradores da região

Tel: (61) 3214-5682

e-mail: presidenciaibram@gmail.com

2. Nome: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA)

Responsável: Curt Trennepohl (Presidente)

Atuação: propor e editar normas e padrões de qualidade ambiental; o zoneamento e a avaliação de impactos ambientais; o licenciamento ambiental, nas atribuições federais; a implementação do Cadastro Técnico Federal; a fiscalização ambiental e a aplicação de penalidades administrativas; a geração e disseminação de informações relativas ao meio ambiente; o monitoramento ambiental, principalmente no que diz respeito à prevenção e controle de desmatamentos, queimadas e incêndios florestais; o apoio às emergências ambientais; a execução de programas de educação ambiental; a elaboração do sistema de informação e o estabelecimento de critérios para a gestão do uso dos recursos faunísticos, pesqueiros e florestais; dentre outros.

Tel: (61) 3316-1001 até 1003 Fax: (61) 3316-1025

e-mail: curt.trennepohl@ibama.gov.br presid.sede@ibama.gov.br

3. Nome: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio

Responsável: Roberto Ricardo Vizentin (Presidente)

Atuação: executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação cabendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UC's instituídas pela União.

Tel: 3341-9101

e-mail: presidencia@icmbio.gov.br

4. Nome: Fundação Nacional do Índio – FUNAI

Responsável: Marta Maria do Amaral Azevedo (Presidente)

Atuação: Promover políticas de desenvolvimento sustentável das populações indígenas; aliar a sustentabilidade econômica à sócio-ambiental; promover a conservação e a recuperação do meio ambiente; controlar e mitigar possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas às terras indígenas; monitorar as terras indígenas regularizadas e aquelas ocupadas por populações indígenas, incluindo as isoladas e de recente contato ; coordenar e implementar as políticas de proteção aos grupos isolados e recém-contatados; e implementar medidas de vigilância, fiscalização e de prevenção de conflitos em terras indígenas.

Tel: (61) 3313-3500

e-mail:

5. Nome: Fundação Nacional de Saúde – FUNASA

Responsável: Gilson de Carvalho Queiroz Filho (Presidente)

Atuação: Responsável em promover a inclusão social por meio de ações de saneamento para prevenção e controle de doenças. É também a instituição responsável por formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental. As ações de inclusão social, por meio da saúde, são realizadas com a prevenção e controle de doenças e agravos ocasionados pela falta ou inadequação nas condições de saneamento básico em áreas de interesse especial, como assentamentos, remanescentes de quilombos e reservas extrativistas.

Tel: (61) 3314-6362

e-mail: presidencia@funasa.gov.br

6. Nome: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

Responsável: José Leme Galvão Júnior (Superintendente no Distrito Federal)

Atuação: Responsável por realizar o trabalho permanente e dedicado de fiscalização, proteção, identificação, restauração, preservação e revitalização do patrimônio histórico e artístico do país.

Tel: (61) 2024-6456

e-mail: iphan-df@iphan.gov.br

7. Nome: Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS

Responsável: Gleiston Marcos de Paula

Atuação: Promover a proteção e a preservação da qualidade de vida da população do DF, atuando como agente transformador, mediante ações de educação e fiscalização.

Tel: 3961-5116 / 5117

e-mail: -

8. Nome: Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP

Responsável: Antônio Carlos Lins (Presidente)

Atuação: Tem por objeto executar, mediante remuneração, as atividades imobiliárias de interesse do Distrito Federal, por meio da utilização, aquisição, administração, aluguéis, concessão de direito real de uso, disposição, incorporação, oneração ou alienação de bens, assim como realizar, direta ou indiretamente obras e serviços de infraestrutura e obras viárias no Distrito Federal

End. SAM – Bloco F Edifício Sede – Brasília – DF

Tel.: (61)3342-1650

Email: terracap@terracap.df.gov.br

7. Nome: Administração Regional de Brasília

Responsável: Messias de Souza

Atuação: Administrar os recursos repassados para a infraestrutura básica da região, bem como as obras pequenas a serem realizadas.

Tel: 3329-0400

8. Nome: Administração Regional do Lago Norte

Responsável: Vicente Magalhães

Atuação: Administrar os recursos repassados para a infraestrutura básica da região, bem como as obras pequenas a serem realizadas.

Tel: 3468-9400

8.2 Segurança

1. Nome: Corpo de Bombeiros – Asa Norte

Comandante: Marco Aurélio Vieira

Atuação: Controle de incêndios, inclusive os florestais; fornecer ajuda a pessoas acidentadas com primeiros-socorros e encaminhamento para um hospital.

SGAN 916 AE S/N

Cep: 71 790-000 // Asa Norte – Brasília DF

Telefones: (61) 3901-2925 / 2933 / 2929 / 2926 // 3301-4491

2. Nome: Batalhão de Polícia Militar Ambiental do DF – BPMA

Comandante Ten. Cel. Claudio RIBAS de Sousa

Sub-Comandante MAJ. Willian Delano Marques de Araújo

Atuação: reprimir os ilícitos penais ambientais.

End. Cia PM Ambiental – Praça do Bosque QR 1ª AE S/N – Candangolândia

Tel: 190 / 3910-1965 / 1961

e-mail: ribas@pmdf.df.gov.br / pmdf.bpma@gmail.com

3. Nome: Delegacia de Meio Ambiente - DEMA

Delegado Chefe: Ivan Francisco Dantas

Atuação: tem como atribuições prevenir, reprimir e apurar os ilícitos penais ambientais e os crimes contra a ordem urbanística no Distrito Federal, incluindo parcelamento irregular do solo.

End. Setor de Áreas Isoladas, s/n Sudoeste Bloco D, Sudoeste - Brasília – DF

Tel: (61) 3234-5481 e 3362-5895

Site: <http://www.pcdf.df.gov.br>

8.3 Associações:

1. ASSOCIAÇÃO DOS CHACAREIROS DO NÚCLEO RURAL DO BANANAL

Responsável: Osvaldo Paiva (Presidente)

Atuação: Defende os interesses dos moradores do Núcleo Rural do Bananal, incluindo a regularização das ocupações junto ao GDF

Tel: (61) 8422-0803

e-mail: ---

2. SANTUÁRIO DOS PAJÉS

Liderança: Santxiê

Atuação: Os indígenas fazem o uso das espécies vegetais do Cerrado e da Caatinga durante todo o ano para rituais, coletas de plantas medicinais nativas e introduzidas, tintas para pinturas corporais, sementes para artesanatos, frutos nativos do cerrado e cultivos nas roças geralmente próximas às moradias.

8.4 Ong's:

1. FUNDAÇÃO CASA DO CERRADO

Responsável: ---

Atuação: Promove visitação pública, atividades relacionadas à educação ambiental e produz mudas de espécies nativas do bioma Cerrado

End. SAIN Parque Rural/ Asa Norte – Brasília – DF

Tel: 3274-9608

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SABER, A.N. As altas superfícies de aplainamento do Brasil sudeste. Rev. Fac. Campineiras, p.60-67. 1964.
- BAGNO, M. A.; MARINHO-FILHO, J. 2001. Avifauna do Distrito Federal: uso de ambientes e ameaças. In: F. Ribeiro et al.(eds.) Caracterização e Recuperação de Matas de Galeria do Distrito Federal: EMBRAPA, p. 495-528.
- BONVICINO, C. R.; LINDBERGH, S. M.; MAROJA, L. S. 2002. Small non-flying mammals from conserved and altered areas of Atlantic Forest and Cerrado: comments on their potential use for monitoring environment. Revista Brasileira de Biologia, 62(4): 765-774.
- BRANDÃO, R. A.; MACIEL, N.; SEBEN, A. 2007. A new species of Chaunus (Anura: Bufonidae) from Central Brazil. Journal of Herpetology, v. 41, p. 304-311, 2007.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.
- BRASIL. Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. 2002
- BRASIL. Lei nº 10.836 de 9 de Janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 9.433 de 08 de Janeiro de 1997. Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH. 1997.
- BRASIL. Lei nº 11.460 de 21 de Março de 2007. Dispões sobre o plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação; acrescenta dispositivos à Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 e à Lei nº 11.105 de 24 de março de 2005; revoga. Dispositivo da Lei nº 10.814 de 15 de dezembro de 2003 e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de Julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.
- BRASIL. Ministério da Saúde, Portaria nº 518, de 25 de Março de 2004. Estabelece as responsabilidades por parte de quem produz a água, a quem cabe o exercício do controle de qualidade da água e das autoridades sanitárias, a quem cabe a missão de vigilância da qualidade das água para consumo humano.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Portaria nº 09 de 23 de janeiro de 2007. Reconhece como áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira as áreas que menciona.
- BRASIL. PAC 2. 2º Balanço. Julho a Setembro de 2011. Relatório do Comitê Gestor do PAC. Acesso em 21 de fevereiro de 2012. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/orcamentouniao/loa/loa2011/DF_WEB.pdf 2011(c)
- CAVALCANTI, T. B.; RAMOS, A. E. (orgs.). Flora do Distrito Federal. Brasil. Brasília, DF. Embrapa. 2001.
- CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Atlas do Distrito Federal. 1ª edição, GDF, Brasília: CODEPLAN, 1984.

- CODEPLAN. – Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Brasília e sua Região Polarizada. Brasília: GDF/Codeplan, 2003.
- CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Pesquisa Distrital por Amostragem de Domicílio. 2004. Brasília: CODEPLAN, 2004.
- CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Pesquisa Distrital por Amostragem de Domicílio. 2010/2011/2012. Brasília: CODEPLAN, 2011.
- CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal. 2010. Brasília: CODEPLAN, 2010,
- CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal; Anuário Estatístico de 2010. Governo do Distrito Federal. Acesso em 27/09/2012.
- COLLI, G. R., BASTOS, R. P., ARAÚJO, A. F. B. 2002. The character and dynamics of the Cerrado herpetofauna. In: OLIVERA, P. S.; MARQUIS, R. J. (eds). The Cerrados of Brazil: Ecology and Natural History of a Neotropical Savanna. New York, Columbia University. p.223-241.
- DIAS, B.F.S. 1992. Cerrados: uma caracterização. In FUNATURA – Alternativas de Desenvolvimento dos Cerrados: Manejo e Conservação dos Recursos Naturais. IBAMA – Brasília.
- DISTRITO FEDERAL. Decreto N° 29.651, de 28 de outubro de 2008. Aprova a poligonal da Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Cruls.
- DISTRITO FEDERAL. Decreto N° 32.730, de 27 de Janeiro de 2011. Dispões sobre o Parque Tecnológico Capital Digital e dá outras providências.
- DISTRITO FEDERAL. Lei Complementar 803, de 25 de abril de 2009. Aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal, Distrito Federal, 27 abr. 2009. Seção 1, p.1.
- DISTRITO FEDERAL. Lei Complementar N° 679 de 30 de Dezembro de 2002. Cria área para instalação do Parque Tecnológico Capital Digital.
- DISTRITO FEDERAL. Lei N° 2.2725 de 13 de Junho de 2001. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal.
- DISTRITO FEDERAL. Lei nº 3.196 de 29 de Setembro de 2003. Institui o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal – PRÓ-DF II. Brasília, DF.
- DISTRITO FEDERAL. Lei nº 4.566 de 04 de maio de 2011. Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF. Brasília, DF.
- EMBRAPA. Mapa de solos do Distrito Federal (1:100.000). Brasília: EMBRAPA-EPI. - Serviço de Produção de Informação. 1978.
- FARIA, A. Estratigrafia e sistemas deposicionais do Grupo Paranoá nas áreas de Cristalina, Distrito Federal e São João D'Aliança - Alto Paraíso de Goiás. Brasília: Universidade de Brasília/ Instituto de Geociências, 1995. 199p. (Tese de Doutorado)
- GDF. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Diagnóstico Preliminar dos Parcelamentos Urbanos Informais no Distrito Federal. Brasília. 2006

- GDF. Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal. Subproduto 3.1 Volume I – Relatório do Meio Físico. Brasília. 2010
- IBAMA. Instrução Normativa N° 003 de 26 de maio de 2003. Estabelece a lista de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção. Brasil, 2003.
- IBGE. Censo Demográfico de 2010. Disponível em < <http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 22/10/2012.
- MACEDO, R. H. F. 2002. The avifauna: ecology, biogeography, and behavior. P. 242-265. In: OLIVEIRA, P. S.; MARQUIS, R. J. (eds). The Cerrados of Brazil: Ecology and natural history of a neotropical savanna. Columbia University Press, New York, USA.
- MACHADO, R. B., AGUIAR, L. M. S., BIANCHI, C. A., VIANNA, R. L., SANTOS, A. J. B., SAITO, C. H.; TIMMERS, J. F. 1998. Áreas de risco no entorno de unidades de conservação: estudo de caso da Estação Ecológica de Águas Emendadas, Planaltina, DF. In: MARINHO-FILHO, J.; RODRIGUES, F.; GUIMARÃES, M. (eds.). Vertebrados da Estação Ecológica de Águas Emendadas – História Natural e Ecologia em um Fragmento de Cerrado do Brasil Central. Brasília: SEMATEC, IEMA e IBAMA, p. 64-78.
- MARINHO-FILHO, J., RODRIGUES, F. H. G.; JUAREZ, K. M. 2002. The Cerrado Mammals: Diversity, Ecology, and Natural History. P. 267-284. In: OLIVEIRA, P. S.; MARQUIS, R. J. The Cerrado of Brazil. Nova Iorque, Columbia University, 398p.
- MENDONÇA et al. Flora vascular do bioma cerrado: checklist com 12.356 espécies. In: Sano S. M.; Almeida, S. P.; Ribeiro, J. F (orgs.). Cerrado: Ecologia e flora. Brasília, DF. Embrapa Informações Tecnológicas, 2008. v. 2, p. 423-1279.
- MYERS, N.; MITTERMEYER, R. A.; MITTERMEYER, C. G.; FONSECA, G. A.; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. Nature. p. 403, 853-858. 2005.
- NEGRET, A. J.; Diversidade e abundância da avifauna na Reserva Ecológica do IBGE – Brasília/DF. Tese de mestrado em ecologia. Brasília, Universidade de Brasília, 1983.
- NOGUEIRA, C., COLLI, G. R.; MARTINS, M. 2009. Local richness and distribution of the lizard fauna in natural habitat mosaics of the Brazilian Cerrado. Austral Ecology (2009) 34: 83-96.
- PROENÇA, C. E. B. et al. Listagem e nível de proteção das espécies de fanerógamas no Distrito Federal. In: Flora do Distrito Federal, Brasil. Embrapa. 2001. p.87-359.
- RIBEIRO, J.F.; WALTER, B.M.T. As Principais Fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: SANO S. M. et al. Cerrado: ecologia e flora. Brasília, DF. Embrapa Informação Tecnológica, 2008, p. 151-212.
- RIBEIRO, M. C. L. B. 2006. Biodiversidade Aquática: Parte I. A Ictiofauna do Distrito Federal. Disponível em: <[ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursosnaturais/levantamento/ictiofauna.p](ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursosnaturais/levantamento/ictiofauna.pdf)
[df](ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursosnaturais/levantamento/ictiofauna.pdf)>.

- RIBEIRO, S., CASTRO-MELLO, C.; NOGUEIRA, C. 2009. New species of *Anops Bell*, 1833 (Squamata, Amphisbaenia) from Jalapão Region in the Brazilian Cerrado. *Journal of Herpetology*. v. 43, nº. 1, p. 21-28.
- RODRIGUES, F. H. G.; HASS, A.; REZENDE, L.M.; PEREIRA, C.S.; FIGUEIREDO, C.F; LEITE, B.F.; FRANÇA, F.G.R. 2002. Impacto de rodovias sobre a fauna da Estação Ecológica de Águas Emendadas, DF. III CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Anais... Fortaleza, CE: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, FBPN, Associação Caatinga, p. 585-593.
- SALLES, A. E. H. 2007. Jardim Botânico de Brasília. Sobotânica. 355 p.
- SEMATEC. Mapa Ambiental do Distrito Federal. Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – Sematec; Caesb e Codeplan, Brasília. 1993.
- SICK, H. 1958. Resultados de uma excursão ornitológica do Museu Nacional a Brasília, novo Distrito Federal, Goiás, com a descrição de um novo representante de *Scytalopus* (Rhinocryptidae, Aves). *Bol. Mus. Nac. Rio de Janeiro*, n.s. Zool. 185: 1- 41.
- SILVA, J. M. C. 1995a. Avian inventory of the Cerrado region, South America: implications for biological conservation. *Bird Conserv. Intern.* 5: 291-304.
- SILVA, J. M. C. 1995b. Biogeographic analysis of the South American Cerrado avifauna. *Steentrupia*, 21: 49-67.
- SILVA, J. M. C. 1997. Endemic bird species and conservation in the Cerrado Region, South America. *Biodiv. Conserv.*, v. 6: 435-450, 1997.
- UNESCO. Vegetação do Distrito Federal: Tempo e Espaço. 2 ed. Brasília, DF, 2002.
- WEKSLER, M.; C. R. BONVICINO. 2005. Taxonomy of pigmy rice rats genus *Oligoryzomys* Bangs, 1900 (Rodentia, Sigmodontinae) of the Brazilian Cerrado, with the description of two new species. *Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, 63(1): 113-130.